

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Edital 39/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	PAULO ALEXANDRE PINTO DE SOUZA GEAQUINTO	30/10/2025 12:19 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000034/2025

1. Do Objeto



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

AV.BRASIL 4365 MANGUINHOS - Prédio Sede 1ºPiso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,

Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90016/2025

Processo nº 25389.000034/2025-84

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

CONTRATANTE (UASG)

254462

OBJETO

Contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas, Vetores Urbanos e Animais Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.183.585,15 (dois milhões, cento e oitenta e três reais, quinhentos e oitenta e cinco mil e quinze centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/11/2025 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC, sediada Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é Contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas, Vetores Urbanos e Animais Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. Do Registro de Preços

NÃO SE APLICA.

3. Da Participação na Licitação

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Do orçamento Estimado

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. Da Apresentação da Proposta e dos

Documentos de Habilitação

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. Do Preenchimento da Proposta

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. Da Abertura da Sessão, Classificação

Das Propostas e Formulação de Lances

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$1.000,00 (mil reais)*.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.19.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.20 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2 empresas brasileiras;

7.20.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. Da Fase de Julgamento

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME /EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 contiver vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. Da Fase de Habilitação

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia e devidamente inseridos no portal www.compras.gov.br

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme TR, subitens 4.21 ao 4.25, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

- 9.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas [DUAS HORAS], para:
- 9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. Do Termo de Contrato

- 10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.
- 10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2.1 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

10.2.2 O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no email informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

10.3 Eventuais dúvidas quanto à utilização de ferramenta, poderão ser dirimidas pelo email: suportesei@fiocruz.br.

10.4 Alternativamente à convocação para assinatura por meio do SEI, o adjudicatário poderá realizar a assinatura digital do Termo de Contrato disponibilizado em formato PDF.

10.5 O prazo do item 10.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. Da Ata de Registro de Preços

NÃO SE APLICA.

12. Da Formação de Cadastro de Reserva

NÃO SE APLICA.

13. Dos Recursos

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [link do SEI externo](https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0):

“https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0”
Ou <https://portal.fiocruz.br/>; Aba “A Fundação”; Link “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)”; Link: “Pesquisa Pública”.

14. Das Infrações Administrativas e Sanções

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

15. Da Impugnação ao Edital e do Pedido

DE ESCLARECIMENTOS

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, sala n.º 21.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. Das Disposições Gerais

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>; no sítio da COGIC: www.cogic.fiocruz.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1 Apêndice I do Anexo I – Atestado de Vistoria;

16.11.1.2 Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.3 Apêndice III do Anexo I - Instrução de Medição de Resultados – IMR;

16.11.2 Anexo II – Proposta Proforma;

16.11.3 Anexo III - Termo de Sigilo e Confidencialidade;

16.11.4 Anexo IV – Autorização da Garantia;

16.11.5 Anexo V – Portaria COGEAD;

16.11.6 Anexo VI – Planilha Zerada;

16.11.7 Anexo VII – Autorização Complementar ao Contrato;

16.11.8 Anexo VIII – Minuta de Termo de Contrato;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIA MARIA ROCHA DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 11:00:30.

RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA

Chefe da Gestão de Compras



Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 12:19:00.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I Termo de Referencia.pdf (4.94 MB)
- Anexo II - Anexo II Proposta Proforma.pdf (113.42 KB)
- Anexo III - Anexo III Termo de Sigilo.pdf (464.74 KB)
- Anexo IV - Anexo IV Autorizacao da Garantia.pdf (278.74 KB)
- Anexo V - Anexo V Portaria COGEAD.pdf (126.68 KB)
- Anexo VI - Anexo VI Planilha Zerada.pdf (48.46 KB)
- Anexo VII - Anexo VII Autorizacao Complemetar ao Contrato.pdf (133.61 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII Minuta_de_Contrato.pdf (123.23 KB)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 50/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU	24/10/2025 15:40 (v 0.13)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	181/2025	25389.000034/2025-84

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição vinculada ao Ministério da Saúde, com sede na Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro, CNPJ nº 00.396.174/0001-15, por intermédio da Coordenação -Geral de Infraestrutura dos Campi Fiocruz RJ (Cogic), torna público, para conhecimento dos interessados, que pretende realizar a contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz), para prestação de serviços de controle dos fatores biológicos de risco através de medidas e ações de gerenciamento diário para controle e monitoramento de vetores e pragas sinantrópicas urbanas, utilizando os conceitos CIP (Controle Integrado de Pragas) e MIP (Manejo Integrado de Pragas): Ratos, Formigas, Cupins, Baratas, Caramujos, Lacraias, Carrapatos, Escorpiões, Pernilongos, Moscas, Pulgas, Abelhas, Morcegos, Marimbondos, Pombos entre outros afins, nas áreas internas, nos ambientes e nas instalações prediais dos Campi da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.1.1. A demanda encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) da Fiocruz para o exercício de 2025, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição e com o Plano Diretor de Infraestrutura (PDI), atendendo ao disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2. As estimativas de consumo, bem como as definições e localizações das edificações destinadas à execução dos serviços, com a indicação das respectivas áreas de atuação, encontram-se detalhadas no Anexo III.

1.1.3. Composição dos custos unitários, mensais e anuais, utilizados para a formação do valor estimado da contratação, conforme especificações do objeto e metragens constantes do Anexo III:

FORMA DE ATENDIMENTOS								
Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Periodicidade	Qtd. Prevista	Metragens Total em M ²	Custo Unitário R\$	Custo Mensal R\$	Custo Anual
Controle e Desratização	3417	Serviço	12	Mensal		0,43	33.497,83	R\$ 401.973,93

Controle de Moluscos e Afins	3417	Serviço	12	Mensal	216.580,78	0,08	33.497,83	R\$ 401.973,93
Controle de insetos alados e afins	3417	Serviço	4	Trimestral		0,30	33.497,83	R\$ 401.973,93
Controle de insetos rasteiros e afins	3417	Serviço	4	Trimestral		0,39	33.497,83	R\$ 401.973,93
Controle e Descupinização	3417	Serviço	1	Anual		0,40	33.497,83	R\$ 401.973,93
SERVIÇOS POR ACIONAMENTO								
Controle/Captura de abelhas	3417	Serviços	12	Mediante Acionamento		1.372,14	1.372,14	R\$ 16.465,72
Controle/Captura de vespas e afins	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento		1.155,79	1.155,79	R\$ 13.869,54
Controle/Captura de escorpionídeos, aracnídeos e afins	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento		\$ 518,56	518,56	R\$ 6.222,67
Controle/captura de morcegos, pombos e afins	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento		448,77	448,77	R\$ 5.385,20
Controle/captura de animais silvestres	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento		2.316,01	2.316,01	R\$ 27.792,13
Valor Total:							R\$ 173.300,41	R\$ 2.079.604,90
Adicional de 5% (cinco por cento) do custo global para eventuais demandas não previstas relacionadas a execução de serviços.						R\$ 103.980,25		
Valor Total Global:						R\$ 2.183.585,15		

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, atende às necessidades permanentes da Administração, sendo a vigência plurianual a opção mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente demonstrada a vantajosidade da prorrogação e asseguradas as condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000016/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 14/05/2024
- III. Id do item no PCA: 214
- IV. Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES;
- V. Identificador da Futura Contratação: 254462-181/2025

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e no Plano de Logística de Sustentabilidade da Fiocruz, conforme registro no ETP.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.4 A necessidade da contratação tem como base:

Assegurar a continuidade dos serviços especializados de controle de pragas e vetores sinantrópicos urbanos nos campi da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de serviço essencial à manutenção das condições sanitárias, ambientais e operacionais da Instituição, cuja complexidade e relevância demandam execução contínua, planejada e tecnicamente qualificada.

A Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao Ministério da Saúde, desempenha atividades estratégicas que abrangem pesquisa científica, produção de vacinas e medicamentos, serviços assistenciais e de vigilância em saúde, formação de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico. Essas atividades se distribuem por diversas unidades técnico-científicas, hospitalares, laboratoriais e administrativas, localizadas em um extenso complexo institucional nos campi da Fiocruz/RJ.

Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é a unidade responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz, com a missão institucional de prover soluções sustentáveis, inovadoras e eficientes, garantindo o adequado funcionamento da instituição. No âmbito da Cogic, a Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), por meio do Serviço de Gestão de Apoio e Conservação (GAC) e da Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), atua diretamente na manutenção preventiva e corretiva das condições ambientais e sanitárias dos campi.

A prestação contínua do serviço de controle de pragas e vetores é necessária para mitigar riscos biológicos e sanitários decorrentes da presença de organismos como roedores, baratas, formigas, mosquitos, escorpiões e demais pragas urbanas. Esses agentes, se não devidamente controlados, comprometem a segurança de ambientes críticos — como laboratórios, unidades hospitalares, biotérios, centrais de abastecimento, cozinhas, almoxarifados e áreas administrativas —, além de impactar negativamente na qualidade do trabalho, na saúde ocupacional e nas atividades finalísticas da Fiocruz.

A contratação compreende a execução de desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores alados (mosquitos e moscas), bem como serviços eventuais de tratamento de perímetro, além da eventual captura, resgate e manejo de animais sinantrópicos e silvestres, nas áreas dos *campi*.

Para garantir a eficácia do serviço, exige-se o emprego de profissionais habilitados, técnicas modernas e o uso de produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos de controle, conforme as normas vigentes da Anvisa, Ibama e demais instâncias reguladoras.

Ressalta-se que o serviço deverá adotar o manejo integrado de pragas, priorizando métodos físicos, biológicos e seletivos, com vistas à redução do uso indiscriminado de defensivos químicos e à promoção de soluções mais seguras e ambientalmente responsáveis. Essa abordagem está alinhada aos princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 11).

A necessidade da contratação foi formalmente registrada no Plano Anual de Contratações (PCA 2025) da Fiocruz, encontra respaldo no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS), além de estar contemplada no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2024-2027).

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado com base nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, atendendo ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021; evidenciou que a contratação por empresa especializada apresenta a melhor relação custo-benefício, sendo a solução mais vantajosa diante dos riscos de descontinuidade e da importância estratégica do objeto.

A contratação observa o disposto no Decreto nº 11.890/2024, que trata da margem de preferência e da governança das contratações, e no Decreto nº 12.516/2025, que atualiza as regras de planejamento com ênfase em sustentabilidade e racionalização de recursos.

Foi estruturada com base na minuta-padrão da AGU (abril/2025) e no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP/AGU-MGI), em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 11).

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A descrição da solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços de controle integrado de pragas e vetores sinantrópicos urbanos, em regime de contratação por escopo, sem alocação de mão de obra residente, abrangendo todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro. Os serviços deverão compreender medidas preventivas, monitoramento sistemático e ações corretivas de combate a vetores, conforme programação técnica e padrões definidos pela Administração.

3.3. O escopo envolve a execução de serviços de desratização, descupinização, controle de moluscos, insetos alados e rasteiros, bem como a realização de serviços eventuais, tais como: controle e captura de abelhas, vespas, escorpiões, aracnídeos em geral, morcegos, pombos e a captura eventual e manejo de animais silvestres de pequeno porte. As intervenções deverão abranger áreas internas e externas das edificações, zonas limítrofes, áreas verdes e alamedas dos campi.

3.4. O modelo de execução adotará os princípios do manejo integrado de pragas (MIP), priorizando métodos seletivos, preventivos e sustentáveis, assegurando a redução do uso indiscriminado de defensivos químicos e a observância das diretrizes da ANVISA, IBAMA, legislações estaduais e municipais correlatas. O uso de produtos químicos, quando estritamente necessário, deverá restringir-se a formulações registradas e autorizadas pelos órgãos competentes, reduzindo riscos à saúde humana, à fauna nativa e ao meio ambiente.

3.4.1 A contratada deverá empregar profissionais qualificados, executar os serviços com base em planejamento técnico, critérios objetivos de medição de desempenho e manter a integração com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

3.5. A execução do contrato compreenderá o fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, bem como de todos os materiais, insumos, produtos saneantes, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs), utensílios e logística necessária à adequada prestação dos serviços. A contratada será responsável pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, quando aplicável, em conformidade com a legislação ambiental vigente, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e suas regulamentações.

3.6. A solução considera todo o ciclo de vida do objeto, incluindo o planejamento, a execução programada, o controle técnico, a rastreabilidade das ações, a emissão de relatórios técnicos e a avaliação de resultados, vinculados ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR), além da eventual necessidade de substituições ou reaplicações de produtos. Serão observados os parâmetros técnicos previstos em normas da ANVISA, do IBAMA, legislações estaduais e demais regulamentos aplicáveis.

3.7. O dimensionamento dos serviços, frequência de aplicação e áreas de cobertura foram definidos com base nos estudos técnicos realizados pela GRSA/COGIC/FIOCRUZ, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Plano Anual de Contratações (PCA 2025) e em referências de contratações anteriores, assegurando proporcionalidade entre a demanda institucional e os recursos contratados, em conformidade com o art. 31 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A fiscalização da execução do contrato será realizada pela Administração, com foco no cumprimento das obrigações técnicas e das práticas ambientais sustentáveis. O acompanhamento dar-se-á por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que permitirá a aferição periódica da conformidade dos serviços, contemplando indicadores objetivos de sustentabilidade, segurança, controle de insumos e qualidade da execução, em consonância com o disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

4.1.2 A contratada deverá adotar práticas ambientais sustentáveis com vistas à redução dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços, devendo observar as seguintes ações, com respectivas formas de comprovação obrigatórias, fundamentadas em legislação específica:

a) A empresa deverá possuir Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) para sua atividade potencialmente poluidora, em atendimento à Instrução Normativa nº 13, de 23/08/2021;

b) A contratada deverá possuir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, responsabilizando-se pelo recolhimento, transporte e descarte final adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA.

c) A Contratada deverá conhecer os aspectos ambientais relacionados as atividades executadas nos Campi Fiocruz e deve adotar práticas de gestão ambientalmente responsáveis, garantindo que a coleta, transporte e destinação final de seus resíduos seja realizado de maneira a mitigar impactos ambientais, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Decreto nº 10.936/22, além de prover treinamentos a seus funcionários, a fim de proteger o meio ambiente;

d) A contratada deve utilizar veículos e equipamentos que atendam aos padrões de emissão de poluentes, contribuindo para a redução da pegada de carbono, conforme a Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente.

e) Elaborar e promover campanhas de educação e conscientização sobre a importância da correta destinação de seus resíduos, redução do consumo matérias-primas, de energia elétrica e de água, durante a vigência do contrato, tanto para seus funcionários quanto para a comunidade atendida, em alinhamento com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 /99).

f) A contratada deve apresentar relatórios periódicos detalhando as ações de sustentabilidade implementadas, os resultados obtidos e as metas futuras, além de manter registro de tratamento de não conformidades relacionadas ao seu processo de trabalho, garantindo transparência e compromisso com a responsabilidade ambiental, conforme exigido pela legislação vigente;

g) Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Contratante;

h) Observar no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db(A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição e a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído;

i) Atender as Normas Brasileiras (NBRs) e a legislação ambiental Brasileira, quando aplicável.

4.1.3 A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria SEGES nº 8.678/2021, reforçando o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis, especialmente no que se refere à redução de riscos sanitários, ao manejo adequado de resíduos e à promoção de soluções de menor impacto ambiental durante a execução dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar, Anexo III.

Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação, ou sub alocação, do objeto contratual, considerando que é de responsabilidade direta da contratada a execução integral dos serviços de controle de pragas e vetores sinantrópicas urbanas nos Campi Fiocruz-RJ, os quais

serão executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante o fornecimento de equipe técnica própria, insumos, equipamentos, produtos saneantes, EPIs, EPCs e todos os recursos necessários para a completa realização das atividades conforme estabelecido neste Termo de Referência.

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.5 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 (dez) horas às 15 (quinze) horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1 Os interessados na vistoria deve agendar a mesma, 24 Horas antes, pelos telefones: 2209 2175 ou 2209 2147 até dois dias anterior a data do certame.

4.23.2 A vistoria poderá, também, ser agendada pelo e-mail: servicos.cogic@fiocruz.br.

4.23.3 Para a Vistoria, o interessado em fazê-la deverá estar de posse do formulário disponibilizado, Anexo I, o qual será atestado pelo servidor designado para acompanhá-lo.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu representante legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: em até 15 (quinze) dias corridos, da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 A gestão será realizada por servidores designados pela unidade requisitante, com apoio técnico e administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2.2 O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário, em razão da necessidade de medição periódica dos serviços conforme a utilização efetiva e a possibilidade de variações nas quantidades demandadas ao longo da execução contratual.

5.1.3 O cronograma de realização dos serviços será apresentado pela Contratante à empresa contratada durante a Reunião de Partida, ocasião em que também será formalmente entregue o Plano de Fiscalização, contendo as diretrizes e obrigações relativas ao cumprimento das etapas e prazos previstos.

5.1.4 A execução deverá observar as diretrizes operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, em consonância com o Plano de Fiscalização e sob acompanhamento da Administração, nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 Os serviços serão executados de forma a promover o controle de possíveis vetores e pragas sinantrópicas urbanas em áreas internas e externas das edificações dos Campi listados nos subitens 1.1 e suas sequências deste Termo de Referência, compreendendo: áreas das salas administrativas; áreas de laboratórios clínicos, de pesquisa científica, de reagentes químicos, de alimentos, de insumos biológicos; áreas hospitalares; áreas de hotelaria; áreas de produção farmacêutica; áreas de salas de aula; áreas de exposições e museus; áreas de circulação (corredores); áreas das copas; áreas dos vestiários/sanitários, ralos; áreas das oficinas de automação, pintura, ajustagem, usinagem, carpintaria e marcenaria, eletrônica, informática, análise de dados; subestações de energia elétrica; estações de tratamento de esgotos; depósitos de materiais recicláveis e de compostagem; áreas de ginásios poliesportivos; áreas do campo de futebol; áreas de salões de eventos; áreas dos poços dos elevadores; áreas das casas de máquinas; áreas das casas de máquinas das centrais de água gelada (ar condicionado); áreas de depósitos; áreas de galerias; áreas de arquivos; áreas de almoxarifados e depósitos; áreas dos auditórios; áreas de restaurantes, cozinhas e refeitórios; áreas de bibliotecas; áreas de creches; áreas de biotérios; áreas de criação de animais; áreas das coberturas, telhados; áreas-ponto de limpeza interna e externa das caixas de esgoto e gordura, batentes de portas, rodapés, armários, bancadas, mesas, cadeiras, conduítes e eletrodutos; áreas de abrigos de resíduos sólidos; áreas de abrigos de resíduos extraordinários; áreas de abrigos de resíduos infectantes; áreas dos espelhos d'água, canais fluviais, calhas de drenagem, calhas de telhados, fontes, cisternas, caixas d'água e galerias; áreas das escadas dos prédios; áreas dos forros e dos pisos elevados, sótãos e porões; áreas ajardinadas, com árvores de todos os portes, bosques, hortos, viveiros florestais, casas de vegetação; áreas de terraços e entrepisos; áreas das alamedas, calçadas e demais áreas afins, tais como estacionamentos, garagens, guaritas e portarias.

A execução dos serviços nessas áreas deverá observar os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no cronograma aprovado pela fiscalização técnica, conforme disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.6. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso, por ocasião de sua utilização, quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria "in loco" pela DGA/COGIC/FIOCRUZ, por ocasião de sua utilização na execução contratual e sempre que necessário.

5.1.6.1 A referida declaração deverá ser apresentada como condição para a assinatura do contrato e integrará a documentação da fase preparatória, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A vistoria será formalmente registrada, podendo ocorrer periodicamente ao longo da vigência contratual, por iniciativa da Administração ou mediante constatação de necessidade técnica.

5.1.7 Para a contratação, a licitante vencedora deverá apresentar Manual de Procedimentos (POP – Procedimento Operacional Padrão), visando ao cumprimento das boas práticas operacionais e ao planejamento do trabalho, contemplando todas as etapas envolvidas no desenvolvimento das atividades previstas neste Termo de Referência. O POP deverá incluir, de forma expressa, boas práticas ambientais alinhadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz e à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), em consonância com as diretrizes de sustentabilidade institucional.

5.1.7.1 O Manual deverá ser submetido à aprovação da fiscalização técnica, conforme preceituam os arts. 6º, inciso XXIII, e 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e servirá de base para verificação da conformidade na execução contratual. O documento deverá contemplar ainda procedimentos de contingência para situações de falhas operacionais, indisponibilidade de insumos ou riscos sanitários emergenciais, assegurando a continuidade e a efetividade da prestação dos serviços.

5.1.8 Instrução operacional contendo informações sobre todos os procedimentos de desinsetização, desratização, descupinização, controle e repelência de pragas e vetores, incluindo, entre outros, roedores, abelhas, marimbondos, vespas, aves e demais espécies sinantrópicas afins.

5.1.8.1 A instrução deverá estar em conformidade com o Manual de Procedimentos (POP) apresentado e será validada pela fiscalização técnica da Contratante, integrando o plano de execução previsto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.9 Normas de segurança para os aplicadores e acompanhantes, durante e após a execução dos serviços, deverão ser integralmente observadas pela contratada, incluindo a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de Proteção Coletiva (EPCs), de acordo com os riscos identificados nas atividades a serem executadas.

5.1.9.1 O cumprimento dessas normas será fiscalizado pela Contratante, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e da legislação trabalhista e sanitária aplicável.

5.1.10 A Contratada deverá apresentar, previamente ao início das atividades, a listagem completa dos saneantes desinfestantes domissanitários a serem utilizados, acompanhada das respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e dos números de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), vinculada ao Ministério da Saúde. A documentação constitui requisito técnico obrigatório e será validada pela fiscalização da Contratante, em conformidade com a legislação sanitária vigente.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Campus Fiocruz Manguinhos– Av. Brasil nº4365 – Manguinhos R.J
- Campus Fiocruz Mata Atlântica – Colônia Juliano Moreira – Estrada Rodrigues Caldas, nº 3400 Jacarepaguá R.J.
- Instituto Fernandes Figueira – 690,80 m² de área – Av. Rui Barbosa nº 716 – Flamengo R.J. Palácio Itaboraí – 12.570,57 m² área – R. Visconde de Itaboraí nº 188, Valparaíso – Petrópolis R.J.
- INERU – Estrada da Covanca nº 56, Freguesia – R.J.
- Antigo TRE – Rua Castro de Tavares nº 10 – Manguinhos – R.J.
- Galpão Arquivos da COGEAD - R. Bispo Lacerda nº 25, Del Castilho – R.J.
- Centro de Referência Professor Hélio Fraga – Estrada de Curicica nº 2000 - Curicica – R.J.
- Laboratório no IBEX – Rua Francisco Manoel nº 102 – Benfica – R.J.

5.3 Os serviços serão prestados no horário de 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta feira, podendo, a critério da Contratante, ser realizado após o término do expediente e fins de semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.4 A execução contratual observará as rotinas descritas no item 5 deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para os serviços não são definidos os materiais e insumos, haja vista as diversas Técnicas, Práticas e Utilizações que podem ser utilizadas, ficando a critério do executor os equipamentos, os insumos e práticas a serem utilizados, os quais balizarão seus custos do M2 (metro quadrado).

5.5.1 A contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução contratual, um plano de abastecimento e reposição de insumos compatível com o cronograma de execução dos serviços, de forma a assegurar a continuidade das atividades e evitar interrupções por falta de materiais.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1 Os quantitativos apurados e apresentados nos subitens 1.1. e suas sequencias, foram obtidos por meio de consulta e vistorias às unidades da FIOCRUZ RJ onde se apurou a metragem total aproximada, as quais deverão ser atendidas pela presente contratação, conforme necessidade e por DEMANDA.

5.6.2 A área informada e os serviços relacionados nesse Termo de Referência não obrigam à FIOCRUZ a solicitar a demanda na integralidade para o atendimento total dos serviços, em razão da variação dos tipos de vetores e dos locais de incidência de focos das unidades a serem atendidas pela presente contratação, conforme necessidade e por DEMANDA.

5.6.3 A CONTRATADA deverá realizar se necessário a aplicação de produtos saneantes desinfestantes domissanitários em um número mínimo de caixas de esgotos de modo a assegurar a necessária proteção, bem como aplicar iscas em todas as caixas de energia e hidrantes; A empresa contratada deverá utilizar produtos com registro junto na ANVISA, conforme RDC nº 109/2016, Ministério da Saúde, observando a técnica de aplicação e a concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante e obedecendo a legislação pertinente;

5.6.4 O Responsável Técnico responde pela aquisição, utilização e controle dos produtos desinfestantes domissanitários utilizados no controle de vetores, além das técnicas utilizadas para o manejo ecológico e deve possuir registro junto ao seu Conselho Profissional conforme preconiza a Lei 7.806/2017 do Estado do Rio de Janeiro;

5.6.5 A coleta, limpeza e destinação correta de possíveis animais, insetos e/ou roedores que aparecerem mortos durante o processo de aplicação dos produtos deverá ser realizada pela CONTRATADA, bem como a destinação ambientalmente adequada de resíduos e embalagens, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), adotando práticas de logística reversa quando aplicável.

5.6.6 É necessário o fornecimento do Certificado ou Comprovante de Execução de serviço, devidamente assinado pelo técnico responsável pela empresa;

5.6.7 Os aplicadores técnicos, deverão estar capacitados para desempenharem a função. Esta capacitação será atestada pelo responsável técnico, o qual deverá selecionar os Equipamentos de Proteções Individuais - EPI's adequados tecnicamente ao risco a que os trabalhadores serão expostos e, também os Equipamentos de Proteções Coletivas - EPC's;

5.6.8 Os aplicadores técnicos, deverão estar com as vacinas em dia. As vacinas obrigatórias são Difteria e tétano (DT) e Hepatite B e, ainda as vacinas do calendário nacional de vacinação como febre amarela, triviral, gripe. A comprovação deverá ocorrer através da apresentação da carteira de vacinação se possuírem, com uma respectiva cópia a fim de garantir o devido monitoramento das condições ambientais dos locais de trabalhos (com acesso restrito).

5.6.9 Os produtos saneantes desinfestantes que vierem a ser utilizados pelos aplicadores e que são de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devem ser devidamente registrados na ANVISA, conforme RDC 109/2016.

5.6.10 Mensalmente, a contratada deverá emitir comprovante de execução dos serviços, conforme determina a Norma Operacional NOP-INEA-16 de 06/10/2014, bem como fornecer relatório de controle de operação (histórico dos equipamentos, laudos técnicos, materiais utilizados) e atividades (inspeções, ações realizadas, ocorrências e riscos). Esse relatório deverá incluir análise crítica dos resultados obtidos, medidas adotadas e sugestões de intervenções para melhoria contínua, devendo ser apresentado em formato compatível com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), de modo a assegurar a aferição objetiva dos indicadores de desempenho contratual.

5.6.11 O Campus Manguinhos o qual receberá a maioria dos serviços, deverá ter toda área constante monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas, pois a campus possui uma situação geográfica peculiar com uma extensão territorial de 860.726,26 m² de área, onde há uma predominância de extensa área verde com a presença de 20.474 Indivíduos Arbóreos de várias espécies e famílias, com aproximadamente 200 edificações e, possui limítrofe de perímetro com rios, avenidas com intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno.

5.6.12 A área do Galpão de Arquivos Cogead é de 60.445,44 m², possui limítrofe de perímetro com avenidas de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.13 A área do laboratório do IBEX é de 560,00 m², está localizada no complexo hospitalar do exército em Benfica que possui limítrofe de perímetro com avenidas de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.14 A área do Antigo TRE é de 7.700,00 m², está localizada próximo ao campus da Fiocruz Manguinhos e possui limítrofe de perímetro com avenidas de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.15 O IFF possui uma área de 690,80 m², é um complexo hospitalar materno infantil onde abriga o mais importante Banco de Leite da América Latina e possui limítrofe de perímetro com avenidas de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.16 O INERU possui uma área de 8.959,00 m², se constitui como local de apoio às pesquisas científicas da Fiocruz e, tem limite de perímetro com avenida de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.17 O complexo do CRPHF possui uma área de 23.984,59 m², onde há uma predominância de Indivíduos Arbóreos de várias espécies e famílias e, tem limite de perímetro com avenida de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.18 O Palácio Itaboraí possui uma área de 12.570,67 m², onde há uma predominância de Indivíduos Arbóreos de várias espécies e famílias e, tem limite de perímetro com avenidas de intenso fluxo de veículos e ainda uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.19 Campus Fiocruz Mata Atlântica possui uma área de 21.351,00 m², onde há uma predominância de Indivíduos Arbóreos de várias espécies e famílias e, tem limite de perímetro com uma densa população urbana no seu entorno. Deverá ser constantemente monitorada em busca de abrigos, ninhos de possíveis vetores e pragas urbanas.

5.6.20 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Avaliação

5.7 Ação inicial completa com inspeção nas áreas edificadas internas e externas, no entorno, nos ambientes, nas instalações prediais, nas áreas verdes, nas alamedas, nos arruamentos e nas áreas limítrofes dos Campi da Fundação Oswaldo Cruz, listados no item 5.2 e seus sequenciais, buscando apreender o máximo de informações para identificação dos principais focos passíveis de proliferação de vetores, vestígios e espécimes encontradas, bem como dos históricos relatados, com vistas à definição das medidas de controle e condutas de segurança a serem adotadas.

5.7.1 Essa etapa integra o planejamento técnico da execução contratual e será acompanhada pela fiscalização designada pela Administração, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, e do art. 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Planejamento

5.8 Atividades envolvidas previamente a qualquer ato de controle e repelência.

Nesta etapa, é fundamental a ampla integração entre todas as partes envolvidas, tanto entre os responsáveis pela execução futura (responsável técnico, supervisor de operação, operador/aplicador), como também entre aqueles que atuam na gestão e fiscalização contratual (gestor do contrato, fiscal técnico), além dos funcionários, usuários e colaboradores que, embora venham a receber a referida prestação de serviço, contribuem diretamente para os resultados a serem alcançados.

Execução

5.9 Compreende o atendimento a todas as demandas efetuadas por meio de sistema, de solicitações verbais do Gestor do Contrato e do Fiscal do Contrato, bem como de funcionários e colaboradores da FIOCRUZ, sejam essas solicitações de natureza preventiva, corretiva ou curativa, realizadas por ocorrência ou demanda, a serem desenvolvidas em conformidade com os objetivos previamente planejados e a partir da avaliação no local.

Nesta etapa de execução, a CONTRATADA deverá implementar práticas higiênico-sanitárias e orientar a CONTRATANTE quanto à adequação das estruturas físicas, utilizando barreiras físicas que visem à redução ou exclusão de pontos falhos, com o objetivo de eliminar ou mitigar o acesso de vetores e pragas oriundos de ambientes externos, ou evidenciados no ambiente interno, assegurando a proteção do local.

Monitoramento

5.10 As ações executadas nas dependências dos campi da Fiocruz RJ, abrangendo áreas internas, externas e o entorno das edificações, incluindo as áreas limítrofes dos campi, devem ter seus resultados monitorados periodicamente, visando à determinação de seu nível de eficácia.

Sempre que necessário, deverão ser aplicadas ações corretivas e preventivas, com ajustes operacionais ou mudanças estratégicas, de acordo com os objetivos estabelecidos no planejamento da execução contratual.

Frequência e Periodicidade

5.11 A frequência e a periodicidade dos serviços prestados pela CONTRATADA estão especificadas na planilha de custos que integra este Termo de Referência. Todos os serviços deverão ser executados de forma compatível com as instruções normativas do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, respeitando os prazos estabelecidos para a garantia dos serviços.

5.12 O cronograma de atividades será elaborado pela CONTRATADA e deverá ser submetido previamente à aprovação da fiscalização técnica e do gestor do contrato designados pela Contratante, nos termos dos arts. 6º, inciso XXIII, 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

Atividades Preliminares no Controle de Sinantrópicos Urbanos

5.13 Realizar a vistoria inicial em todas as áreas (internas e externas) no entorno das edificações definidas no item 5 e subitens deste Termo de Referência, identificando os principais fluxos de pessoas, veículos, materiais, equipamentos, resíduos sólidos e de efluentes em todos os Campi da Fiocruz.

A partir desta vistoria, a CONTRATADA deverá identificar, avaliar, caracterizar e registrar os ambientes propícios à proliferação de vetores e pragas, com o objetivo de subsidiar o adequado planejamento, execução e monitoramento das ações.

Para tanto, deverá ser elaborado um mapa de localização com informações de geoprocessamento das edificações dos Campi da Fiocruz, contendo a identificação (interna e externa) das armadilhas de controle de vetores instaladas, com numeração ordenada, legenda e quantitativos, que deverão ser mantidos atualizados e com vigência durante todo o período contratual.

Essa atividade deverá ser concluída no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da realização da Reunião de Partida, e seu resultado deverá ser apresentado à fiscalização técnica para validação, nos termos dos arts. 6º, inciso XXIII, e 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.13.1 Referência de Agentes Sinantrópicos praga/vetor:

ROEDORES	Chordata (<i>Rattus norvegicus</i> (ratazana); <i>Mus musculus</i> (camundongo); <i>Rattus rattus</i> (rato de telhado e forros).
ARACNÍDEOS	Aranha (Araneae spp).
ACARO	Dermatofagoides pteronyssinus (Ácaros da poeira; Sarcoptes scabiei (Ácaros da sarna).
CARRAPATO	Rhipicephalus sanguineus (<i>Rhipicephalus sanguineus</i> (carrapato vermelho); <i>Amblyomma cajennense</i> (carrapato estrela).
MOSQUITOS	Aedes aegypti Spp Aedes Albopictus Culex SP

MOSCAS	Moscas Domésticas
ESCORPIÃO	Tityus stigmurus (Escorpião amarelo).
QUILÓPODES	Lacraia – Scolopendra spp (centopeias).
DIPLÓPODES	Gongolo – Lulus sabulosus cylindroiulus (piolho de cobra).
ARTHROPODA	Pulga – Pulex irritans (pulga do homem; Xenopsylla spp (pulga do rato); Ctenocephalides spp (pulga de gato e cães). Traça – Acrotelsa collaris (traça de livro); Pheroeca uterella, Tineola biselliella (traça de roupa). Carrapatos - Ixodidae e Argasidae.
FORMIGAS	Monomorium pharaonis (formiga faraó); Tapinoma melanocephalum (formiga fantasma); Paratrechina longicornis (Formiga louca); Solenopsis spp (formiga lava pés) ; Camponatus spp (formiga carpinteira); Atta spp (formiga cortadeira/saúva).
POMBOS e AVES	Columba sp.
ABELHAS	Apis melífera (Abelha Européia); Anthophila (Abelhas europeia, Abelhas africanas)
MARIMBONDOS, VESPAS e FORMIGAS	Anthophila
MORCEGOS	Isetívoro, Fitófago, Chiroptera sp.
GAMBÁS e CUÍCAS	Marsupialia Didelphidae (Marsupiais)
SERPENTES	Reptilia (Chordata, Squamata, Animallia)
MOLUSCOS	Caramujo africano (Achatina fulica)

5.13.2 O serviço contínuo para o controle integrado de vetores sinantrópicos urbanos compreende as etapas de fornecimento de equipamentos mecanizados, mão de obra especializada, produtos químicos domissanitários e biológicos, bem como a realização de ações corretivas e preventivas contra os principais agentes sinantrópicos alados, rasteiros, aracnídeos e outros afins que possam ser encontrados nos campi da Fiocruz, tais como: roedores, baratas, formigas, cupim subterrâneo, cupim de madeira seca, cupim arbóreo, caramujo africano, moscas, mosquitos, vespas e/ou marimbondos, abelhas, mariposas, traças, aracnídeos e insetos diversos, gongolos, escorpiões, lacraias, pombos, entre outros afins, além da captura de pequenos animais silvestres.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o registro da identificação das espécies, o tipo de tratamento aplicado, a metodologia de rastreabilidade, o monitoramento e o fornecimento de todos os insumos necessários (incluindo produtos saneantes desinfestantes domissanitários e armadilhas), bem como de todo o ferramental e equipamentos indispensáveis para as desinsetizações, desratizações, descupinizações, desalojamentos e ações de repelência de pragas e vetores que venham a ocorrer nas áreas internas e externas das edificações dos campi da Fiocruz indicados neste Termo de Referência.

Todas as ações, inclusive as de reforço, deverão ser previamente acordadas com o Fiscal do Contrato e executadas exclusivamente mediante emissão de Ordem de Serviço (O.S.), devidamente autorizada e registrada, em conformidade com os arts. 6º, inciso XXIII, e 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.13.3 As equipes de operadores/aplicadores técnicos de controle de pragas e vetores atuarão sob a supervisão e orientação do Responsável Técnico, devidamente habilitado e especialmente designado pela CONTRATADA para esse fim, conforme previsto no plano de execução contratual.

5.13.4 As inspeções e os monitoramentos ocorrerão sempre que se fizerem necessários, inclusive mediante solicitação da Contratante, especialmente no que se refere à verificação do grau de infestação das pragas e vetores identificados nos ambientes.

5.13.5 Quando julgada necessária, a aplicação de produtos saneantes desinfestantes deverá ser realizada exclusivamente em locais que sirvam de abrigo para pragas e vetores, e não em áreas de mera passagem, a fim de evitar a saturação química do ambiente.

Para o tratamento de perímetro (áreas externas das edificações), deverá ser realizada a aspersão no entorno da edificação, respeitando o padrão de aplicação: 1 (um) metro na parede (de cima para baixo, em forma de "L") e 2 (dois) metros a partir da base da edificação para fora. Este tipo de tratamento visa ao controle da população de insetos, considerando que a maioria deles se origina do ambiente externo. A efetividade do controle perimetral reduz significativamente a necessidade do uso de agentes químicos em áreas internas.

5.13.5.1 O tratamento de perímetro deverá incluir também a desinsetização em bueiros e estruturas de drenagem onde haja presença de insetos provenientes do esgoto.

5.13.6 Todas as aplicações deverão observar as recomendações técnicas dos fabricantes e as normas ambientais e sanitárias vigentes, com acompanhamento da fiscalização técnica, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.13.7 Utilizar metodologia MIP (Manejo Integrado de Pragas), com a utilização de produtos na forma de Gel e pó seco impermeável nos ralos para pragas que fazem dos esgotos sua moradia.

5.13.8 Utilizar metodologia e técnicas de manejo, tratamentos saneantes desinfestantes, armadilhas luminosas e ainda refis adesivos.

5.13.9 Utilizar técnica de controle com FHD – Feromônio de Alta Dispersão, empregando também técnica de captura, pesagem, identificação e dispersão.

5.13.10 Utilizar técnica de tratamento com produto tratamentos saneantes microencapsulado, como formação de barreira de repelência e controle.

5.13.11 Realizar captura de espécies para diagnóstico;

5.13.12 Utilizar produto para tratamentos saneantes ou ação mecânica, com iscas específicas para pragas e, em seguida, efetuar a catação e contagem dos cadáveres, cremação e destruição das conchas (para prevenir micro-focos de mosquitos *Aedes aegypti* Spp).

5.13.13 Efetuar tratamentos localizados em estruturas de alvenaria e/ou marcenarias, pincelamento de maneira específica, a título de eliminação do inseto somente na área afetada.

5.13.14 Executar monitoramento com iscas de madeira para medição e ou localização de colônias do inseto para que seja feito o tratamento ao redor da edificação.

5.13.15 Executar técnica de aspiração, cuja finalidade é reduzir a população de insetos existentes na colônia.

5.13.16 Aplicar “injeções” de produto desinfestantes convencional visando à erradicação da colônia de insetos e conservação de mobiliário.

5.13.17 Instalar implantação de PPIs (Pontos Permanentes de Iscagem), com iscas rodenticidas (produtos químicos anticoagulantes) na forma de bloco parafinado ou na forma de peletes.

5.13.18 Executar ações com produto na forma de pó de contato nos casos em que forem encontradas ninheiras em áreas externas.

5.13.19 Executar inspeção periódica dos PPIs, verificar a porcentagem de consumo de iscas.

5.13.20 Executar inspeção dos locais adjacentes aos PPIs para, quando necessário, ação corretiva de retirada/destinação de vetores mortos.

5.13.21 Executar monitoramento de forma mapeada em planta baixa da unidade ou por georreferenciamento.

5.13.22 Executar ações de captura, de repelência, de imobilizações.

5.13.23 Executar inspeção em forros, telhados, instalações prediais, áreas limítrofes das edificações e 3em todas as áreas verdes.

5.13.24 Zelar pela manutenção de equipamentos e áreas, incluindo organização e limpeza.

5.13.25 Realizar as análises in loco.

5.13.26 Registrar todos os dados necessários à elaboração dos laudos técnicos e relatórios mensais de monitoramento e manutenção (análise in loco, inspeções, ações realizadas, ocorrências e riscos).

5.13.27 Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos documentos da sua área de atuação.

5.13.28 Colaborar com o desenvolvimento do Sistema da Qualidade do serviço.

5.13.29 Prestar orientação técnica sobre assuntos de sua competência quando solicitado pela Contratante.

5.13.30 Preencher livro de ocorrências diárias relatando circunstâncias diversas à rotina de monitoramento.

5.13.31 Relatório Mensal de Serviços – Mensalmente: A empresa deverá emitir relatório de controle de operação (histórico dos equipamentos, laudos técnicos, material utilizado) e atividades (inspeções, ações realizadas, ocorrências e riscos), incluindo análise crítica dos resultados obtidos, medidas tomadas e sugestões de intervenções para melhoria desses resultados.

5.13.32 Acompanhamento de todas as fases do serviço, no que se refere à execução e manutenção, de modo a assegurar a plena aplicação das especificações constantes deste Termo de Referência.

5.13.33 Realizar registro fotográfico, sempre que achar conveniente, das etapas de campo.

5.13.34 A comunicação entre a Contratada e a Contratante se dará além do atendimento por Requisição de Serviços – RS mas também com a utilização de mecanismos como troca de e-mails e comunicações telefônicas em geral.

5.13.35 A Contratada deverá fornecer um livro denominado “Livro de Ordem – Caderneta Diária de Ocorrências” o qual deverá conter 50 páginas com três vias cada página, no qual deverão ser descritas e anotadas todas as ocorrências de maior relevância e complexidade identificadas pela Contratante e pela Contratada, devendo tanto a Contratada como a Contratante tomar ciência sempre que for efetuada uma anotação.

5.13.36 Serviços de Ação Excepcional serão realizadas mediante cronograma apresentado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço do Fiscal Técnico do contrato, que será emitida conforme incidência dos respectivos vetores.

5.13.37 Serviços de Ação Periódica deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a reunião de partida, essa posterior a assinatura do contrato, quando será emitida Ordem de serviço pelo Fiscal Técnico que indicará o endereço completo e metragem dos locais prioritários de execução dos serviços de execução periódica.

5.13.38 No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Ordem de Serviço, posterior a reunião de partida, pós início do contrato, a contratada submeterá ao Fiscal Técnico, o cronograma de Execução de Ações de Prevenção contendo as etapas de aplicação durante a vigência contratual, com base na planilha dos subitens 1.1. e seus sequentes, desse Termo de Referência, constando:

5.13.38.1 Plano completo de execução dos serviços (cronograma físico);

5.13.38.2 Tipos de equipamentos e composto químico a ser utilizado nas áreas específicas de cada local;

5.13.38.3 Os locais prioritários para a execução;

5.13.38.4 A necessidade de desocupação do local e o tempo deste;

5.13.38.5 Definição das equipes, com a descrição e quantitativo dos profissionais que realizarão os serviços, devendo obedecer à qualificação profissional exigida na presente contratação e na legislação vigente.

5.13.39 Deverá ser afixada sinalização ou comunicado no local de tratamento com no mínimo 24h de antecedência (salvo em caso de urgência). Em todas as atividades, o local tratado deverá ser sinalizado indicando, de modo a atender o que está estabelecido na NOP-INEA-16, quanto ao risco de trânsito ou permanência no local; Tipo de tratamento utilizado; Princípio ativo; Empresa responsável; Responsável técnico; Data e hora de início do tratamento; Data e hora de liberação do local; Telefone de emergência; Tempo de arejamento; responsável pelo local.

5.13.40 A contratada deverá prestar atendimento às solicitações da contratante, com vista a eliminar a existência de insetos, pragas, baratas, roedores, cupins, pombos, entre outros afins, que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia e corrigir possíveis falhas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação ou na data estabelecida pela contratante.

5.13.41 A primeira etapa do cronograma de ações preventivas e excepcionais deverão ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após entrega do cronograma.

5.13.42 Qualquer alteração no cronograma de execução ou etapa(s) de serviço (s), deverá ser submetida aos gestores do contrato e só poderá ser implantada após sua aprovação.

5.13.43 Por conveniência da Administração (Contratante) as datas de aplicação constantes no cronograma poderão ser alteradas. Nesse caso, a Contratada será notificada a respeito alteração, com indicação da data para realização das atividades.

5.13.44 Após conclusão de cada etapa do cronograma de execução, a Contratada deverá apresentar o certificado de garantia e, ainda o Relatório de Atividades com a descrição dos serviços realizados em cada localidade, o qual deve ser entregue aos gestores do contrato.

5.13.45 O não cumprimento da programação constante do cronograma de execução, mesmo que parcial, deverá ser justificado no Relatório de Atividades.

5.13.46 Fornece todo equipamento de segurança necessário para execução de serviços em espaços confinados, bem como, trabalhadores treinados e habilitados conforme disposto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR33 e NR35.

5.13.47 A Contratada deverá fornecer a seus empregados todas as ferramentas, equipamentos e qualquer outro insumo em quantidade suficiente que se fizer necessário para a prestação dos serviços descritos nesse Termo de Referência, Uniformes, EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletivo).

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidores designados formalmente pela Administração, mediante portaria a ser emitida por ocasião da assinatura do contrato, nos termos dos artigos 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.2. A execução contratual será acompanhada e avaliada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto no art. 67, §4º da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento das faturas condicionado à aferição positiva dos indicadores de desempenho previamente definidos, de forma a assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

6.5.3. O descumprimento das obrigações será registrado no IMR e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.5.4. Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, em cronograma definido pela fiscalização, destinadas à avaliação dos resultados alcançados, à identificação de eventuais desvios e, se necessário, ao replanejamento das rotinas de execução contratual.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.

6.7.1. A frequência do preposto ao local da execução do contrato deverá ser acordada previamente com a fiscalização sendo obrigatória nos locais da execução sempre que se fizer necessário.

6.7.2 O preposto deverá estar em permanente contato com a fiscalização do contrato visando o repasse diário das informações referentes à execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, de forma contínua e efetiva, por um ou mais fiscais designados, titulares e substitutos, formalmente designados por portaria.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1 Verificação das condições dos produtos utilizados;
 - 6.16.2 Emissão de Ordem de Serviço;
 - 6.16.3 Controle da execução conforme os parâmetros definidos, e
 - 6.16.4 Apuração e controle do atendimento às requisições dos serviços.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.21.1 Verificação das condições de habilitação, mês a mês, da contratada.

Gestor do Contrato

- 6.22 Cabe ao gestor do contrato:
- 6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
 - 6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
 - 6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.1.1. A aferição e medição da qualidade dos serviços observará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, definido no Anexo II deste Termo de Referência, já previsto no item 5 deste documento.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Comprovação da execução dos serviços conforme os cronogramas estabelecidos, incluindo o registro das atividades realizadas, áreas tratadas, produtos aplicados e evidências de controle adotadas, devidamente validadas pela fiscalização técnica.

7.4.2. Cumprimento das exigências contratuais;

7.4.3. Avaliação via IMR (Instrumento de Medição de Resultados).

7.4.4 Regularidade da documentação exigida contratualmente, como relatórios mensais de execução, laudos técnicos de monitoramento e fichas de aplicação, conforme previsto nas normas da vigilância sanitária e ambientais vigentes.

7.4.5 Ausência de não conformidades graves e reincidentes, devidamente registradas em relatório de fiscalização.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato sob os aspectos técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado o período mensal para fins de faturamento.

7.11 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo correspondente ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou dimensão, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e comunicada à empresa a emissão da Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa para liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar;
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada ampla defesa ao contratado.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão efetuados normalmente até decisão final sobre rescisão, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

- 7.33.1 A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária

de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta bancária indicada pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual informado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: Global.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11.1 Não será aceita a participação de cooperativa, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas, operacionais e de responsabilidade contratual envolvidas na execução dos serviços de controle de pragas e vetores.

9.11.1.1 Considerando a especificidade do objeto da presente licitação, que compreende a execução continuada de serviços técnicos especializados de controle de pragas e vetores, com uso de produtos químicos regulamentados, cumprimento de normas sanitárias e ambientais, bem como a necessidade de rastreabilidade e controle operacional rigoroso, é imprescindível assegurar a existência de estrutura organizacional com responsabilidade direta, clara e centralizada sobre a execução do objeto. A participação de sociedades cooperativas, em razão de sua forma de organização e autonomia dos cooperados, pode comprometer a uniformidade, a rastreabilidade e o controle técnico da execução contratual, não atendendo às exigências operacionais estabelecidas.

9.11.1.2 Ademais, o objeto exige qualificação técnica e responsabilidade formal por ações que envolvem riscos sanitários, ambientais e à saúde pública, demandando que a contratada possua equipe técnica própria, registro nos órgãos competentes, capacidade de resposta imediata e padronização de condutas em todas as unidades atendidas. Tais requisitos não se compatibilizam com o modelo de gestão de cooperativas, o que justifica sua exclusão, com base no interesse público, na segurança da execução e no princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, sem prejuízo ao disposto na legislação infraconstitucional aplicável.

9.11.1.3 Não será aceita a participação de consórcios, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas e operacionais que envolvem a execução integral e contínua dos serviços de controle de pragas e vetores.

9.11.1.4 Dada a natureza específica e a complexidade técnica da execução dos serviços de controle de pragas e vetores — que exige planejamento sistemático, aplicação criteriosa de produtos, emissão de relatórios técnicos, rastreabilidade das ações e cumprimento rigoroso de normativas sanitárias e ambientais —, a participação de consórcios não se mostra compatível com a gestão contratual desejada. Ademais, o valor estimado do contrato é considerado moderado, não justificando a formação de agrupamentos empresariais. A exigência de responsabilidade única e direta pela totalidade da execução do objeto impõe a necessidade de contratação de empresa individualmente habilitada, o que assegura maior controle, simplificação dos procedimentos administrativos e eficiência na fiscalização, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou das consolidações respectivas.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de definir percentual, limitado a 10% do valor total estimado da contratação.

9.24.1 A exigência de patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos casos em que os índices de Liquidez Geral, Solvência Geral ou Liquidez Corrente sejam iguais ou inferiores a 1 (um), constitui medida de prudência administrativa para assegurar a capacidade econômico-financeira da futura contratada.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.1.1 A exigência de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços ora contratados justifica-se em razão da complexidade e da natureza crítica do objeto, que envolve a aplicação segura e controlada de produtos químicos, cumprimento de normativas sanitárias e ambientais, elaboração de laudos técnicos e monitoramento contínuo das áreas tratadas. Tal exigência visa assegurar a contratação de empresa com expertise comprovada, dotada de equipe técnica qualificada e capacidade operacional consolidada, minimizando riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à continuidade dos serviços, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

9.30 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o valor máximo aceitável pela Administração para fins de adjudicação, é de R\$ 2.183.585,15 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.3.

11 ADQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais

I) Projeto: 0032.2000.565.00028 - Proc: 34/2025-84 - Prestação de Serviços de Controle de Vetores e Pragas

II) Iniciativa/Programa Temático: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

III) Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade de Custeio

IV) Finalidade: 565 - Gestão Administrativa

V) Programa de Trabalho: 10122003220000033

VI) Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente

VII) Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica

VIII) Subelemento: 339039-82 – Serviços de Controle Ambiental

IX) Classe: 943 **Cód. PDM:** 3417 **DFD:** 231/2024 **Contratação:** 181/2025

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Gestor do Contrato



Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 15:40:50.

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Fiscal Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 15:37:31.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Vistoria.pdf (34.64 KB)
- Anexo II - Anexo II - Instrucao de Medicao de Resultados.pdf (200.24 KB)
- Anexo III - Anexo III - Tabela de Metragem.pdf (2.17 MB)
- Anexo IV - Anexo IV - Estudo Tecnico Prelimar.pdf (98.73 KB)

Anexo I

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO para contratação do serviço de **locação de veículos elétricos** para a COGIC - Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi - Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante _____ representada legalmente por (nome completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____, compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data:

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.

INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS E VETORES

Parâmetros de Avaliação dos Serviços Prestados				Pontuação Aplicada
INDICADOR DE DESEMPENHO	Cobertura e Frequência do Serviço	1. A contratada está realizando os serviços em todos os pontos críticos definidos no plano de controle, com a frequência prevista no contrato? <small>(Considere se as áreas mapeadas como prioritárias (refeitórios, almoxarifados, áreas externas, reservatórios, etc.) estão recebendo o tratamento conforme o cronograma pactuado.)</small>		
		<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>	
		2. Os serviços programados estão sendo executados nos dias, horários e locais previstos no cronograma aprovado pela fiscalização? <small>(Verifique a aderência ao planejamento estabelecido no início da contratação e o cumprimento das rotinas operacionais sem atrasos ou faltas.)</small>		
		<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>	
	Efetividade Operacional	3. As ações realizadas estão resultando na redução ou eliminação de focos de pragas e vetores nas áreas tratadas? <small>(Considere evidências como ausência de reincidência, registros fotográficos, checklists da fiscalização ou controle populacional conforme histórico.)</small>		
		<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>	
		4. A contratada substitui, quando necessário, os profissionais, equipamentos ou técnicas ineficientes detectadas durante a execução dos serviços? <small>(Avalie se há resposta imediata às falhas detectadas e se são implementadas melhorias operacionais quando exigidas pela fiscalização.)</small>		
		<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>	
	Tempo de Resposta e Atendimento a Ocorrências	5. A contratada está atendendo dentro do prazo as solicitações emergenciais feitas pela fiscalização? <small>(Avalie o tempo médio entre o acionamento e a execução, conforme prazos definidos contratualmente ou em acordos de nível de serviço.)</small>		
		<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>	
6. O tempo médio de resposta para situações fora da rotina (ex: serviços eventuais) está dentro do padrão aceitável? <small>(Considere a tempestividade e a efetividade na resolução de problemas pontuais fora do cronograma regular.)</small>				
<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>		<div>pontos</div>		
Conformidade Técnica e Regulatória	7. Os técnicos estão utilizando os EPIs obrigatórios e atuando conforme normas de segurança e saúde vigentes (NRs, TR, Anvisa)? <small>(Verifique a presença de equipamentos adequados, cumprimento dos protocolos de segurança, capacitação e conduta adequada da equipe.)</small>			
	<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>		
	8. Os produtos químicos aplicados estão regularizados e são utilizados de forma segura e racional, sem exceder os limites recomendados? <small>(Avalie a conformidade com a legislação da Anvisa e boas práticas de controle, evitando riscos à saúde e ao meio ambiente.)</small>			
	<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>		
Gestão de Informações e Sustentabilidade	9. Os resíduos gerados (embalagens, sobras, iscas, etc.) estão sendo descartados de forma correta, conforme legislação ambiental? <small>(Considere se há evidência do descarte adequado, transporte e destinação final ambientalmente segura, conforme exigências legais.)</small>			
	<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>		
	10. A contratada entrega relatórios completos, dentro do prazo, com dados técnicos e informações que auxiliam na fiscalização e no controle do serviço? <small>(Verifique se os relatórios incluem dados como locais tratados, produtos aplicados, nome do aplicador, evidências fotográficas e eventuais ocorrências.)</small>			
	<div><div></div>Superou a Expectativa</div> <div><div></div>Atendeu Totalmente</div> <div><div></div>Atendeu Parcialmente</div> <div><div></div>Não Atendeu</div>	<div>pontos</div>		

Pontuação Total:

10

Resultado % de Não Conformidade

0%

GLOSA A SER APLICADA

Observações, apontamentos e/ou outras situações identificadas:

Legenda			
ÓTIMO <small>Superou a Expectativa</small>	BOM <small>Atendeu Totalmente</small>	RUIM <small>Atendeu Parcialmente</small>	PÉSSIMO <small>Não Atendeu</small>
9 a 10 pontos	6 a 8 pontos	3 a 5 pontos	0 a 2 pontos

Campi	Unidade	Nº da Edificação/Pavilhão	Localização	Área Total de Execução dos Serviços (M²)
Campus Manginhos	Instituto de Ciência e Tecnologia em Biotecnologia - ICTB	041	Prédio Sede - Centro de Criação de Animais p/ Laboratório/ Prédio da caldeira/vestiários	5.033,29 M²
		118	Pavilhão de Primatas Neotropicais	327,23 M²
		146	CPEA - Experimentação (Conteineres e prédio)	208,94 M²
		237	Guarita de Segurança Pav. Primatas Neotropicais	5,13 M²
		304	Abrigo de Resíduos	31,88 M²
			Depósito de Inflamáveis do ICTB	74,50 M²
			Gaiolões dos Primatas Não Humanos do Novo Mundo	2.000,00 M²
			Primatologia (Gaiolões)	1.438,20 M²
			Vestiários Casa de Caldeiras	147,00 M²
	Casa de Oswaldo Cruz - COC	007	Pav. Mourisco(Castelo)-Sede PRESIDÊNCIA ("DPH") + Salas de Visitação	609,00 M²
		008	Cavalaria/Setor da Biodescoberta do Museu da Vida ("Cavalaria")	400,22 M²
		009	Pav do Relógio ("Relógio")	184,79 M²
		040	Reserva Técnica do Museu da Vida	1.483,35 M²
		306	INFOCOC - Serviço de Tecnologia da Informação	84,75 M²
		040	"Oficina Escola"	1.483,35 M²
		039	Anexo.InfoCoc-Serviço de Tecnologias da Informação ("INFOCOC")	114,70 M²
		092	Anexo Pav. Do Relógio (Ant.Dep.nº14/IOC & Lab Fot COC)	120,00 M²
		238	Sede Museu da Vida ("Museu da Vida")	2.165,50 M²
		249	Tenda da Ciência	414,05 M²
		250	Epidaurinho	308,70 M²
		251	Pirâmide ("Pirâmide")	339,66 M²
		252	Centro de Recepção - Museu da Vida	960,00 M²
			Vestiário Quinino	24,80 M²
		312	CDHS-CENTRO DE DOCUM. HIST.DA SAÚDE	3.020,65 M²
			Pombal (Atividade Cultural)	270,00 M²
	COGEPLAN	073	Pav. Carlos Matos ("Sede da Cogeplan")	365,29 M²
		017	Galpão da Garagem/SEGTRANS-Serviço de Gestão de Transportes	1.796,44 M²
		123	Oficinas da Cogic - Blocos "A, B e C"	5.018,53 M²
		130	Central de Apoio as Oficinas/Cogic	191,98 M²
			Central de Apoio de Serviços	215,00 M²
		046	Central de Saneamento/Abrigo de Resíduos Químicos	544,50 M²
		060	Controle de Vetores/Laboratório de Vetores e Pragas-Áreas Int.Circulação	106,62 M²
			Núcleo de Apoio à Pesquisa de Vetores - NAPVE	77,91 M²
		001	Portaria R.Sizenando Nabuco S/Nº - Acesso Campus Manginhos	53,89 M²
		056	Portaria da Av. Brasil nº4365 - Acesso Campus Manginhos	111,24 M²
	Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC	096	Portaria Av. Brasil, s/nº -Acesso Campus Manginhos Carga Pesada (Pesados)	16,28 M²
		055	Portaria Leopoldo Bulhoes nº1480 - Acesso Campus Manginhos	76,38 M²
		090	Portaria A. Brasil-II s/nº - Acesso Exclusivo Pedestre	51,73 M²
		097	Portaria R. Castro Tavares s/nº (Port.02) - Acesso Campus Manginhos	31,26 M²
		078	Casa Eficiente	18,00 M²
			Paisagismo/Vestiário/Copa	67,38 M²
		245	Centro de Compostagem	251,29 M²
		226	Guarita Vila Residencial	6,09 M²
		533	Guarita - Acesso Central / Saneamento S.E.Cynamon (ETG)	29,08 M²
			COF - Centro de Operações Fiocruz	210,55 M²
		122	Sede Cogic-Coordenação & Deptº de Administração	1.682,82 M²
		188	Pav.José Mauro Hid/Espaço de Convívio (Sala Convívio Cogic)	63,79 M²
		087	SGP-Serviço de Gestão de Pessoas da Cogic	217,08 M²
		224	Préd.224- Pav.Antonio Carlos Ribeiro da Costa/DVSP-Setor de Segurança + Vestiário	759,90 M²
			Subestação SAE 01 - Principal	104,50 M²
			Subestação - ET.8 Casa de Bombas	97,50 M²
			Subestação - ET.5 - CPQHEC Cogic	31,50 M²
			Subestação - ET.13 - Biotério Central ICTB/Cogic	55,87 M²
			Subestação - ET.7 - Pav. Febre Amarela/Cogic	51,87 M²
			Subestação - ETG.1 - Relógio/Cogic	29,14 M²
			Subestação - ETG.3 - Pav. Arthur Neiva/Cogic	23,63 M²
			Subestação - ET.15 - Cesteh/Cogic	42,00 M²
			Subestação - ET.19 - Sede da Cogic	33,60 M²
			Subestação - ET.10 - Farmanguinhos	45,40 M²
			Subestação - ET.14 - Antigas Oficinas	27,80 M²
			Subestação - ETG.6 - Biologia/Cogic	42,00 M²
			Subestação - ETG.26 - Pav. Maria Deane/Cogic	75,82 M²
			Subestação - ETG.12 - Pav. Leonidas Deane/Cogic	154,58 M²
			Subestação - ET.21 - ETE/Cogic	41,80 M²
			Subestação - ET.22 - Gaiolas Primat. ICTB/Cogic	41,80 M²
			Subestação - ET.23 - Primatologia Cogic	41,80 M²
			Subestação - ET.17 - Farmacodinâmica/Cogic	69,31 M²
			Subestação - ET.18 - C. Água Gelada - ICTB/Cogic	11,20 M²
			Subestação - ET.20 - Biblioteca/Cogic	336,00 M²
			Subestação - ETG.2 - Pav. Carlos Chagas/Cogic	37,20 M²
			Subestação - ET.28 EPSJV/Cogic	75,20 M²
			Depósito de Materiais da Cogic	141,95 M²
			Abrigo de Carros - Presidência - Garagem	23,39 M²
			Central de Água Gelada do Cecal - ICTB/Cogic	195,75 M²
			Produtos Naturais de Farmanguinhos - Pesquisa	737,19 M²
			Central de Utilidades de Farmanguinhos	407,98 M²
			Central de Ar Comprimido de Farmanguinhos	226,78 M²
			Central de Água Gelada de Farmanguinhos	244,10 M²
			Planta Piloto de Farmanguinhos - Pesquisa	620,57 M²
			Estr. Modular Prov. Adm. Farmanguinhos	410,00 M²
			Estr. Modular Prov. Sala COF/Adm/Far/Cogic	776,00 M²
			Estr. Modular Prov. - Resíduos Sólidos DGA/Cogic	118,00 M²
			Pavilhão Marília Welzel - Farmanguinhos	1.298,13 M²
			Caldeiras a Gás - ICTB - Cogic	29,76 M²
	Coordenação Geral de Administração - COGEAD	006	Pav.FigueiredoVasconcellos("Quinino")	1.014,40 M²
		049	Pav.PauloRobertoSarmiento/Setor de Almoxxarifado Central III	600,00 M²
		082	Depósito de Inflamáveis	378,00 M²
			Estrutura Modular Prov. Refeitório	29,00 M²
	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - COGEPE	006	Pav.FigueiredoVasconcellos ("Quinino")	407,00 M²
		003	Pav.Carlos Augusto da Silva ("CST")	864,96 M²
		107	Creche Berta Lutz ("CRECHE")	860,70 M²
		545	Estrutura Modular Provisória - EM-14 / Cozinha & Refeitório	225,00 M²
	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP	075	Assessoria Internacional & Depósito da Abrasco	242,18 M²
		054	Pavilhão Emani Braga	9.724,54 M²
		050	Almoxxarifado da Manutenção Civil	279,56 M²
		051	Lab. Esquitossomose	112,00 M²
		119	Pav.Joaquim Alberto Cardoso de Mello (Torres Home)	1.872,80 M²
		059	Projeto Elsa - Est. Longitudinal da Saúde do Adulto	267,14 M²
		110	DCB/DSSA - Laboratórios Ensp (Ant. Politécnico)	207,27 M²
		246	Pav.Primeiro de Maio (CESTEH)	3.043,57 M²
	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV		Laboratório do Sono	84,80 M²
		443	Contêineres-Retsus-Rede Escolas Técnicas do SUS	43,92 M²
		442	Contêineres-Proformar-Prog.Form.Agen.Locais Vig. Saúde	73,02 M²
		444	Contêineres - Infraestrutura (Dep.e Arquivo)	29,24 M²
		438	Contêineres - Reprografia	14,62 M²
		439	Contêineres - Grémio	14,62 M²
		440	Contêineres - Informática (Depósito e Oficina)	29,28 M²
		247	Depósito, Almoxxarifado, Oficina e Sub. Elét. (ET28)-Cad.230	315,36 M²
	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - ICICT		Áreas para eventos na Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio – EPSJV (Tendas)	949,00 M²
		230	Sede Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	5.204,95 M²
		025	Multimeios	564,94 M²
	INCQS	114	Pav. Haity Moussatché-Biblioteca Manginhos	5.515,00 M²
		007	Pavilhão Mourisco (Castelo)	210,00 M²
		035	Inst. Nacional de Controle de Qualidade em Saúde	12.741,00 M²
		049	Almox. Central - III	1.814,83 M²
		061	NAPVE - Núcleo de Apoio a Pesquisa de Vetores	77,91 M²
		002	Pavilhão Arthur Neiva (Pav. De Cursos)	2.221,12 M²
		010	Pavilhão Gomes de Faria	1.247,96 M²
		004	Pavilhão Carlos Chagas	3.278,10 M²
		036	Pavilhão da Biologia (Hanseníase)	2.407,21 M²
		011	Pavilhão Cardoso Fontes	3.525,82 M²
Campus Manginhos	Instituto Oswaldo Cruz - IOC	014	Pavilhão Adolpho Lutz	322,00 M²
		117	Pavilhão Osório de Almeida	1.139,64 M²
		038	Pavilhão Lauro Travassos	2.444,55 M²
		058	Ambulatório Souza Araújo (Hanseníase)	476,71 M²
		124	Administração do IOC	1.954,06 M²
		108	Ambulatório de Hepatite Virais	1.800,24 M²
		228	Central de Criogenia	25,60 M²
		026	Pavilhão Leônidas Deane	7.536,74 M²
		229	Bioteca	200,13 M²
			EM-3 Estrutura Modular - Riquetisias (547)	174,97 M²
	Presidência	257	Pav. Hélio e Peggy Pereira (Ant. Labiquim)	6.800,00 M²
		104	Infectório de Patologia Ioeira - Anexo do nº10	38,00 M²
		105	Biotério de Helmentologia - Anexo do nº11	44,60 M²
		661	EM-8 / Salas de Aula do Cad. nº2- Pav. Arthur Neiva	526,00 M²
		007	Pav. Mourisco (Castelo) - Direção do IOC	750,00 M²
		044	Residência Oficial	835,72 M²
		043	Pavilhão Lobato Paraense (Vila Residencial - Casa Amarela)	797,86 M²
		005	Antigo Almoxxaroifado Central (Audin.Procc.Cris)	817,48 M²
		546	EM-9 / Administração do Canal Saúde	150,00 M²
		094	Ouidoria	135,88 M²
	Instituto Nacional de Intelctologia - INI	426	Farmacocinética	273,20 M²
		006	Pav. Figueiredo de Vasconcellos (Quinino)	410,00 M²
		007	Pav. Mourisco (Castelo)	3.575,85 M²
		062	Canal Saúde	425,16 M²
			Editora Fiocruz - Informação e Comunicação	281,50 M²
			Pavilhão Jorge Careli - Ginásio Poliesportivo	884,72 M²
			Agência dos Correios (Serv. Complementar)	62,03 M²
			Agência Bancária - Banco do Brasil (Serv. Complementar)	226,43 M²
			Restaurante e Casa de Chá	217,50 M²
			CDTS	20.846,82 M²
	Instituto Nacional de Biologia - INB		CDTS - Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	256,00 M²
			Área Administrativa	1.369,00 M²
			Área Laboratório/Ambulatorial/Hospitalar - Inclui áreas de apoio a lab. E ciurculação laboratorial	161,00 M²
			Almoxxarifados / Galpões - Inclui áreas de Depósitos	308,00 M²
			Oficinas - Inclui áreas técnicas	45,00 M²
			Sanitário Masculino/Sanitário Feminino/Sanitário PNE	1.100,00 M²
		026	Anexo(Pav.HerbertSouza"Hospital Dia")\SEDIR-Serviço de Endoscopia Digestiva e Respiratória; \Farmácia; Ar	3.180,23 M²
		028	Pav.GasparVianna(HospitalEvandroChagas)	1.095,03 M²
		028	Pav.GasparVianna(HospitalEvandroChagas)-3ºandar/Setor de Enfermagem & Setor de Refeitório	1.095,03 M²
		028	Préd.028.Pav.GasparVianna(HospitalEvandroChagas)-2ºandar\CTI-Centro de Tratamento Intensivo\Enfermaria	1.095,03 M²
Campus IFF	Instituto Fernandes Figueira - IFF	030	Pav.EuclidesGândara(Pav.Administração, ex-Pav. das Cobras)\Setor Administrativo	192,45 M²
		031	Pav.AdelfinoRiosGonçalves(Ambulatório)\CECLIN-Centro Clínico	1.075,74 M²
		032	Pav.Labclin-Chagas(ex-Pav.Zoonoses,ex-Pav.do Biotério)\Labclin-Chagas - Lab.de Pesquisa Clínica em Doenç	120,26 M²
		032	Anexo: Contêiner do CRIE-Centro de Referência Imubiológicos EspeciaisAmbiente de Estudo da Vacina	290,26 M²
		322	EM-15 / Administração-II/INI	264,00 M²
		033	Pav.JoséRodriguesSilva(Pav.Direção)	260,96 M²
		034	Pav.MariaDeane\SetorSecreção\Excreção & SetorHematologia & SetorBioquímica; ColetaSangue & Eletrocar	1.137,88 M²
		234	EM-2\ Cantina & Espaço Convívio (Novo Setor de Psicologia)	102,48 M²
		244	Pósgraduação\PEC(Pav Ensino)	633,35 M²
		255	Pav.Associação dos Amigos do IPEC\Laboratório de Coleta de Ensaios Clínicos	144,38 M²
	Instituto Nacional de Biologia - INB	253	(Préd.031-Anexo): Pav.EnsaioClnicos-térreo/1ºandar\Farmácia & Consultório de HIV & Consultório de Tuberc	411,09 M²
		253	(Préd.031-Anexo): Pav.EnsaioClnicos-2ºandar\Consultório de Ginecologia & Consultório de Proctologia	640,43 M²
		253	(Préd.031-Anexo): Pav.EnsaioClnicos-3º e 4ºandar\Setor Administrativo	676,81 M²
		327	Virologia/INI (EM-10 ESTRUTURA MODULAR)	29,28 M²
		436	IPREX-II Iniciativa Profilática Pré-Exposição/INI	14,64 M²
			Estrutura modular nº 621	724,00 M²
			Estrutura modular s/nº (IPREX)	151,69 M²
			EM-17/Lab. Bioensaios/INI	107,93 M²
		240	Abrigo de Resíduos; Áreas Internas de Circulação e/ou Piso Técnico e/ou Entorno da Edificação(Área dos pos	2.128,00 M²
			Tec Necrotério	61,23 M²
	Centro Hospitalar		Bloco Assistencial 1	2.442,11 M²
			Bloco Assistencial 2	2.687,87 M²
			Bloco Apoio Técnico	1.075,48 M²
			Bloco Resíduos	102,48 M²
			Bloco de Recepção	195,00 M²
			Bloco Administrativo Gestão	326,00 M²
	Campus IFF	160	Pavilhão Mario Olinto	2.026,13 M²
		161	Pav.AnatomiaPatológica \Laboratório de Anatomia Patológica	303,89 M²
		162	Pav.GenéticaMédica\Laboratório de Genética Médica	322,12 M²
		163	AntigaLavanderia(Pav.Carpintaria/Pav.Manutenção)\Oficinas	332,10 M²
		164	Vestiários(PrédioRH)- térreo/1ºandar e 2ºandar Unidade de Pesquisa Clínica\Farmácia	104,52 M²
		211	Pavilhão da Manutenção	484,71 M²
		213	Pavilhão do Almoxxarifado e Farmácia	140,80 M²
		222	Depósito de Inflamáveis do IFF	1.403,00 M²
			Laboratório NB2	40,05 M²
		131	Prédio do Hospital - IFF	9.898,67 M²
Campus Mata Atlântica	Serviço de Infraestrutura da Mata Atlântica - SIMA	165	Préd.164: 2ºandar Unidade de Pesquisa Clínica\Farmácia	73,33 M²
		212	Arquivo Inativo	17,86 M²
			Casa de Bombas	52,27 M²
		264	Pav. Olimpio da Fonseca	3.134,90 M²
			Complexo Zanini (Horto Escola)	485,10 M²
			Núcleo de Zoonoses (Casinha)	96,90 M²
			Contêineres (Alojamento)	230,00 M²
			Área de Convívio - Horto	66,90 M²
			Laboratório - Horto	66,20 M²
			Produção de Sementes - Horto	164,90 M²
	Centro de Referência Prof. Hélio Fraga		Tanques Criação de Sementes - Horto	282,00 M²

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Estudo Técnico Preliminar 51/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25389.000034/2025-84

2. Descrição da necessidade

O presente documento compõe o início da etapa da fase de planejamento da contratação e apresenta os estudos necessários para avaliar a viabilidade da contratação de Serviços Especializado em Controle de pragas e vetores sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz).

O objetivo central é analisar detalhadamente a necessidade da contratação, adotando uma estratégia administrativa voltada à racionalização de custos, à mitigação de riscos sanitários e ambientais, à preservação da integridade das instalações e ao atendimento permanente das exigências legais e regulatórias aplicáveis.

A iniciativa observa as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, além de fornecer os subsídios técnicos indispensáveis à elaboração do Termo de Referência, conforme previsto no parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 (ETP Digital).

Justificativa:

A prestação de serviços contínuos de controle integrado de pragas e vetores é essencial para assegurar condições sanitárias adequadas em ambientes críticos, tais como laboratórios, unidades hospitalares, biotérios, áreas de produção, armazenamento e apoio, prevenindo riscos à saúde ocupacional, contaminações cruzadas, danos estruturais e interrupções nas atividades finalísticas da Fiocruz.

A ausência ou descontinuidade desses serviços pode ocasionar:

- Proliferação de pragas urbanas (roedores, baratas, mosquitos, escorpiões etc.);
- Elevação do risco de transmissão de doenças e de contaminações ambientais;
- Não conformidades em auditorias e inspeções sanitárias e ambientais, sujeitando a instituição a sanções;
- Potenciais prejuízos à qualidade e à segurança de insumos e produtos, especialmente nas áreas de produção e pesquisa.

A necessidade da contratação fundamenta-se também no atendimento às regulamentações aplicáveis, como a RDC Anvisa nº 52/2009 (alterada pela RDC nº 20/2010), a Lei Estadual nº 7.806/2017, a NOP-INEA-16/2014 e a ABNT NBR 15584 (partes 1, 2 e 3), entre outras normas correlatas, garantindo que os procedimentos sejam realizados de forma técnica, segura, ambientalmente responsável e alinhada às boas práticas de manejo integrado de pragas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Operacionais (CSO)	Fábio Henrique Cerqueira Abreu
Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA)	Jorge de Oliveira Cariuz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz) deverá contemplar a execução de serviços contínuos nas áreas dos campi, abrangendo inspeção, monitoramento, prevenção e controle, conforme padrões técnicos e normativos vigentes, em estrita observância ao disposto no art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

O serviço deverá ser prestado de acordo com os seguintes requisitos mínimos:

1. **Planejamento e execução técnica** com base no Manejo Integrado de Pragas (MIP/CIP), priorizando medidas preventivas e corretivas, em conformidade com a ABNT NBR 15584 (partes 1, 2 e 3). A comprovação do Planejamento será comprovada através da apresentação do Plano de Manejo Integrado de Pragas (MIP/CIP), em conformidade com a ABNT NBR 15584, acompanhado de ART/RRT do responsável técnico e dos relatórios periódicos de monitoramento que evidenciem a execução das medidas previstas.
2. **Licenciamento e autorizações exigidos pelos órgãos** competentes, incluindo registro no Conselho Regional de Química (CRQ), inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP – IBAMA) e licenças ambientais pertinentes. A comprovação será feita mediante apresentação do registro no CRQ, da inscrição no CTF/APP (IBAMA) e das licenças ambientais pertinentes, todos válidos e atualizados.
3. **Equipe qualificada**, composta por profissionais treinados e certificados, incluindo responsável técnico com registro ativo no CRQ e experiência comprovada na área. A comprovação será feita mediante apresentação de certificados de treinamento da equipe, comprovação de experiência profissional e registro ativo no CRQ do responsável técnico.
4. **Produtos saneantes devidamente registrados** no Ministério da Saúde/Anvisa, em conformidade com a RDC Anvisa nº 52/2009 (alterada pela RDC nº 20/2010) e demais normativos aplicáveis. A comprovação será feita mediante apresentação dos registros dos produtos saneantes no Ministério da Saúde/Anvisa, em conformidade com a RDC nº 52/2009, alterada pela RDC nº 20/2010, e demais normas aplicáveis.
5. **Relatórios de execução e monitoramento** contendo identificação dos locais tratados, produtos e quantidades utilizados, pragas e vetores-alvo, periodicidade das aplicações e resultados obtidos. A comprovação será feita mediante apresentação de relatórios de execução e monitoramento contendo identificação dos locais tratados, produtos e quantidades utilizados, pragas e vetores-alvo, periodicidade das aplicações e resultados obtidos.
6. **Atendimento às normas ambientais e sanitárias**, incluindo a Lei Estadual nº 7.806/2017, NOP-INEA-16/2014, NOP-INEA-35/2018 (Sistema MTR) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022). A comprovação será feita mediante apresentação de documentos que atestem o cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis, incluindo a Lei Estadual nº 7.806/2017, as NOP-INEA nº 16/2014 e nº 35/2018 (Sistema MTR), bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022).
7. **Adoção de práticas sustentáveis**, incluindo:
 - a) Destinação ambientalmente adequada de embalagens e resíduos;
 - b) Registro no sistema MTR/INEA;
 - c) Utilização de produtos e técnicas que minimizem impactos ambientais, com substituição de insumos de maior toxicidade por alternativas de menor impacto;
 - d) Comprovação documental das ações de logística reversa.
8. **Plano de Abastecimento e Reposição de Insumos** a ser apresentado pela contratada, compatível com o cronograma de execução, de modo a evitar interrupções dos serviços.
9. **Disponibilidade de atendimento emergencial** para situações de infestação ou risco iminente, com resposta em até 24 horas após solicitação formal da fiscalização.

A prestação do serviço deverá observar integralmente as disposições do Termo de Referência, que especificará a periodicidade, a relação de locais atendidos, as condições de execução e as obrigações contratuais da contratada e da contratante.

Os requisitos mencionados visam assegurar que a contratação ocorra de forma planejada, eficiente e segura, promovendo a sustentabilidade institucional e o atendimento contínuo às necessidades operacionais da Fiocruz.

5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a estimativa de preços da contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz), foi realizada pesquisa de mercado conforme o disposto no art. 23, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

O levantamento considerou as seguintes fontes:

- Divulgação de processos licitatórios de outros órgãos públicos;
- Consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br>;
- Consulta realizada diretamente com empresas prestadoras dos serviços do ramo;
- Consultas aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. Entre as fontes consultadas destacou-se: Governo do Estado do Rio Grande do Sul Pregão Eletrônico nº.9046/2024 prefeitura de Lima Campos - PE nº. 010/2025 e prefeitura Municipal de Sapezal, PE nº.075/2025.
- Consultas aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares realizadas pela Administração Pública, cujas fontes consultadas incluem: Portal Comprasnet, Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e Portal da Transparência - Nota Fiscal Danfe.

A série de preços coletados está detalhada na PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, elaborada pela Administração (ID SEI 5424293), com base em valores de serviços obtidos junto a órgãos públicos e empresas especializadas. O objetivo da planilha é padronizar a metodologia de cálculo, permitindo a obtenção de um valor médio estimado pela Administração e auxiliando o pregoeiro na análise detalhada dos preços unitários durante o processo licitatório.

Para maior precisão, a estimativa considera a composição de custos dos serviços, contemplando:

- Custos diretos referentes aos serviços de controle preventivo de pragas;
- Serviços eventuais realizados sob demanda;

A metodologia utilizada para determinar o preço estimado do objeto contratual compreendeu as seguintes etapas:

1. Consulta a Órgãos Públicos e Sistemas Governamentais
Foram consultados diversos órgãos com contratações similares, por meio de sistemas como Portal ComprasNet, Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e Portal da Transparência, bem como por meio de Notas Fiscais (DANFE), a fim de assegurar a confiabilidade da estimativa de preços.
2. Análise de Médias Unitárias
Identificou-se e analisou-se as médias unitárias de custo total dos uniformes, incluindo equipamentos e utensílios, por meio de pesquisa de preços abrangente.
3. Consulta a Empresas do Ramo
Considerando a natureza emergencial da contratação, a análise também se baseou na consulta a empresas especializadas, selecionando-se aquela que apresentou o menor preço global.

Durante o levantamento de preços, foram coletados dados de diversas fontes, incluindo órgãos públicos e empresas do ramo, resultando em um conjunto de propostas que refletem a realidade do setor. Para garantir a confiabilidade e a

coerência dessas informações, a Administração aplicou o desvio-padrão como critério de filtragem, permitindo a exclusão de preços excessivamente altos ou baixos. Dessa forma, apenas propostas economicamente viáveis e compatíveis com o mercado foram consideradas.

1. Critérios para Preços Excessivamente Elevados

Conforme orientações do curso Planilha de Custo / Elaboração do Orçamento Estimativo em Serviços com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (instrutor João Domingues, agosto de 2022, Escola Corporativa FIOCRUZ), foram estabelecidos critérios claros para a análise das propostas.

Para fins de exclusão, foram desconsideradas as propostas cujo valor fosse superior à média aritmética das propostas acrescida de um desvio-padrão, consideradas excessivamente elevadas.

2. Coeficiente de Variação (CV)

O Coeficiente de Variação foi utilizado para medir a variabilidade dos preços ofertados, permitindo avaliar a dispersão dos valores sem que a ordem de grandeza influenciasse o resultado.

- Um CV inferior a 25% indica homogeneidade dos preços, evidenciando proximidade entre as propostas após a exclusão de valores extremos.
- Quanto menor o CV, maior a consistência e equilíbrio dos valores ofertados.

3. Aplicação dos Critérios

A aplicação dos critérios de desvio-padrão e CV tem como objetivo assegurar que apenas propostas compatíveis com o mercado e economicamente viáveis sejam consideradas:

- Valores excessivamente baixos podem representar risco de inexecução contratual;
- Valores muito altos destoam da prática de mercado e comprometem a economicidade da contratação;
- Alguns valores abaixo do desvio-padrão foram mantidos, por refletirem preços efetivamente praticados pela atual prestadora de serviços. Essa medida ajusta o valor estimado da contratação, reduzindo o risco de questionamentos pelos órgãos de controle e preservando a consistência da metodologia.

A Administração conduziu a consulta direta com fornecedores e enviou comunicações às seguintes empresas:

Item	Empresa	Contato	Resposta
1	Prime Soluções Ambientais Ltda	Comercial@primesolucoesambientais.com.br	Valor da proposta: R\$ 1.142.545,44
2	Nova Rio Ltda	Renan.barboza@novario.com.br	7.736.988,81
3	Tekmot Ltda	administracao@tekmot.com.br	Não respondeu
4	Colt Ambiental Ltda	alexandre.vasconcelos@coltambiental.com	Não respondeu
5	Politec Dedetizadora Ltda	atendimento@politecdedetizadora@gmail.com	Não respondeu
6	Inset Global Ltda	contato@insetglobal.com.br	Não respondeu
7	LCD Desinsetização Ltda	contato@lcddesinsetizacao.com.br	Não respondeu
8	Akron Pragas Ltda	Akron@akronpragas.com.br	Não respondeu
9	Insect Bye Ltda	insectbye@insectbye.com.br	Não respondeu
10	Rio Facilities Serviços Ltda	contato@riofacilitiesservicos.com.br	Não respondeu
11	Drex Prag Ltda	contato@dexpragnf.com.br	Não respondeu

Após consulta a 11 empresas prestadoras de serviços do ramo, conforme documentado nos IDs SEI 5167146 e 5167188, a Administração recebeu apenas duas propostas comerciais, provenientes das empresas Prime Soluções Ambientais Ltda. e Nova Rio Ltda.. As demais empresas contatadas — Tekmot Ltda., Colt Ambiental Ltda., Politec Dedetizadora Ltda., Inset Global Ltda., LCD Desinsetização Ltda., Akron Pragas Ltda., Insect Bye Ltda., Rio Facilities Serviços Ltda. e Drex Prag Ltda. — não responderam às solicitações, conforme evidenciado na tabela acima.

A proposta apresentada pela Nova Rio Serviços Gerais Ltda. foi integralmente desconsiderada, por apresentar valores manifestamente superiores à média de mercado, mesmo após a aplicação da metodologia estatística do desvio-padrão.

Dessa forma, a metodologia adotada confere maior segurança e confiabilidade na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, evitando contratações inviáveis financeiramente ou com sobrepreço.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz), executados de forma contínua e programada, abrangendo inspeções, monitoramento, prevenção e controle, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, as normas técnicas aplicáveis e as diretrizes institucionais de sustentabilidade.

O serviço deverá ser estruturado de forma a:

- Atender a todas as áreas internas e externas definidas no Termo de Referência, incluindo unidades administrativas, de ensino, pesquisa, assistência e produção;
- Realizar inspeções periódicas e aplicações planejadas de acordo com o Manejo Integrado de Pragas (MIP /CIP), priorizando medidas preventivas e corretivas;
- Utilizar apenas produtos saneantes regularizados junto à Anvisa, com aplicação segura e controlada, minimizando riscos à saúde humana, animal e ao meio ambiente;
- Garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens e resíduos gerados, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Sistema MTR/INEA;
- Disponibilizar equipe técnica qualificada e responsável técnico com registro ativo no CRQ, assegurando a correta execução das atividades;
- Emitir relatórios periódicos detalhando as atividades realizadas, pragas-alvo, produtos utilizados e recomendações preventivas para manutenção do controle;
- Disponibilizar atendimento emergencial em casos de infestação ou risco iminente, conforme prazos definidos no Termo de Referência.

A adoção dessa solução permitirá à Fiocruz manter um controle sanitário permanente em suas instalações, evitando riscos à saúde, assegurando a conformidade legal e preservando a integridade das atividades institucionais.

Ressalta-se que a solução está estruturada com base em princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, com destaque para a redução do uso de produtos químicos de maior toxicidade, incentivo a métodos alternativos de controle (físico e biológico) e promoção da logística reversa de embalagens e resíduos, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizadas soluções e insumos que minimizem impactos ambientais, contribuindo para a preservação da fauna não-alvo e para a proteção dos ecossistemas locais.

A sustentabilidade deve nortear as ações da Administração Pública, conforme preceitua o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado e à coletividade o dever de proteger e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, a solução adotada deverá contemplar, quando aplicável, exigências relativas a licenciamento ambiental e ao Cadastro Técnico Federal (CTF), conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011 e demais normativos ambientais pertinentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para a contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz) foi definida a partir do levantamento detalhado das áreas a serem atendidas, considerando as especificidades de cada ambiente, sua criticidade e a periodicidade necessária para o controle efetivo.

As áreas contempladas abrangem exclusivamente espaços localizados no âmbito da Fiocruz/RJ, incluindo unidades administrativas, de ensino, pesquisa, assistência, produção e apoio técnico-operacional.

Assim, a contratação estimada contempla não apenas o atendimento das demandas correntes, mas também a flexibilidade operacional necessária para absorver variações sazonais e imprevistos, garantindo a efetividade da solução proposta ao longo da vigência contratual.

Estimativa das Quantidades a serem Contratadas:

Campi	Unidade	Nº da Edificação/P rédio	Localização	Área Total de Execução dos Serviços (M²)
Campus Manguinhos	Instituto de Ciência e Tecnologia em Biotecnologia ICTB	041	Prédio Sede - Centro de Criação de Animais p/ Laboratório/ Prédio da caldeira/vestiários	5.033,29 M²
		146	CPEA - Experimentação (Containeres e prédio)	208,94 M²
		237	Guarita de Segurança - Pav. Primatas Neotropicais	5,13 M²
		304	Abriço de Resíduos	31,88 M²
			Depósito de Inflamáveis do ICTB	74,50 M²
			Gaiolões dos Primatas Não Humanos do Novo Mundo	2.000,00 M²
			Primatologia (Gaiolões)	1.438,20 M²
			Vestiários Casa de Caldeiras	147,00 M²
	Casa de Oswaldo Cruz COC	007	Pav. Mounisco(Castelo)-Sede PRESIDÊNCIA ("DPH") + Salas de Visitação	609,00 M²
		008	Cavalariça/Setor da Biotecnologia do Museu da Vida ("Cavalariça")	400,22 M²
		009	Pav. do Relógio ("Relógio")	184,79 M²
		040	Reserva Técnica do Museu da Vida	1.483,35 M²
		306	INFOCOC - Serviço de Tecnologia da Informação	84,75 M²
		040	"Oficina Escola"	1.483,35 M²
		039	Anexo InfoCoc-Serviço de Tecnologias da Informação ("INFOCOC")	114,70 M²
		092	Anexo Pav. Do Relógio (Ant. Dep. n°14/IOC & Lab. Fot. COC)	120,00 M²
		238	Sede Museu da Vida ("Museu da Vida")	2.165,50 M²
		249	Tenda da Ciência	414,05 M²
		250	Epidaurinho	308,70 M²
		251	Pirâmide ("Pirâmide")	339,66 M²
		252	Centro de Recepção - Museu da Vida	960,00 M²
			Vestibulo Quinino	24,80 M²
		312	CDHS-CENTRO DE DOCUM. HIST.DA SAÚDE	3.020,65 M²
	COGEPLAN		Pombal (Atividade Cultural)	270,00 M²
		073	Pav. Carlos Matos ("Sede da Cogepplan")	365,29 M²
	Coordenação-Central de Infraestrutura dos Campi COGIC	017	Galpão da Garagem/SEGETRANS-Serviço de Gestão de Transportes	1.796,44 M²
		123	Oficinas da Cogic - Blocos "A, B e C"	5.018,53 M²
		130	Central de Apoio as Oficinas/Cogic	191,98 M²
			Central de Apoio de Serviços	215,00 M²
		046	Central de Saneamento/Abriço de Resíduos Químicos	544,50 M²
		060	Controle de Vetores/Laboratório de Vetores e Pragas-Áreas Int. Circulação	106,62 M²
			Núcleo de Apoio à Pesquisa de Vetores - NAPVE	77,91 M²
		001	Portaria R. Sizenando Nabuco S/Nº - Acesso Campus Manguinhos	53,89 M²
		056	Portaria da Av. Brasil nº4365 - Acesso Campus Manguinhos	111,24 M²
		096	Portaria Av. Brasil, s/nº - Acesso Campus Manguinhos Carga Pesada (Pesados)	16,28 M²
		055	Portaria Leopoldo Bulhões nº1480 - Acesso Campus Manguinhos	76,38 M²
		090	Portaria A. Brasil-II s/nº - Acesso Exclusivo Pedestre	51,73 M²
		097	Portaria R. Castro Tavares s/nº (Port.02) - Acesso Campus Manguinhos	31,26 M²
		078	Casa Eficiente	18,00 M²
			Paisagismo/Vestibulo/Copa	67,38 M²
		245	Centro de Compostagem	251,29 M²
		226	Guarita Vila Residencial	6,09 M²
		533	Guarita - Acesso Central / Saneamento S.E. Cynamon (ETG)	29,08 M²
			COF - Centro de Operações Fiocruz	210,55 M²
		122	Sede Cogic-Coordenação & Deptº de Administração	1.682,82 M²
		188	Pav. José Mauro Hid/Espaço de Convívio (Sala Convívio Cogic)	63,79 M²
		087	SGP-Serviço de Gestão de Pessoas da Cogic	217,08 M²
		224	Préd. 224: Pav. Antonio Carlos Ribeiro da Costa/DVSP-Setor de Segurança + Vestiário	759,90 M²
			Subestação SAE 01 - Principal	104,50 M²
			Subestação - ET.8 Casa de Bombas	97,50 M²
			Subestação - ET.5 - CPQHEC Cogic	31,50 M²
			Subestação - ET.13 - Biotério Central ICTB/Cogic	55,87 M²
			Subestação - ET.7 - Pav. Febre Amarela/Cogic	51,87 M²
			Subestação - ETG.1 - Relógio/Cogic	29,14 M²
			Subestação - ETG.3 - Pav. Arthur Neiva/Cogic	23,63 M²
			Subestação - ET.15 - Cesteh/Cogic	42,00 M²
			Subestação - ET.19 - Sede da Cogic	33,60 M²
			Subestação - ET.10 - Farmanguinhos	45,40 M²
			Subestação - ET.14 - Antigas Oficinas	27,80 M²
			Subestação - ETG.6 - Biologia/Cogic	42,00 M²
			Subestação - ETG.26 - Pav. Maria Deane/Cogic	75,82 M²
			Subestação - ETG.12 - Pav. Leonidas Deane/Cogic	154,58 M²
			Subestação - ET.21 - ETE/Cogic	41,80 M²
			Subestação - ET.22 - Gaiolas Primat. ICTB/Cogic	41,80 M²
			Subestação - ET.23 - Primatologia Cogic	41,80 M²
			Subestação - ET.17 - Farmacodinâmica/Cogic	69,31 M²
			Subestação - ET.18 - C. Água Gelada - ICTB/Cogic	11,20 M²
			Subestação - ET.20 - Biblioteca/Cogic	336,00 M²
			Subestação - ETG.2 - Pav. Carlos Chagas/Cogic	37,20 M²
			Subestação - ET.28 EPSJV/Cogic	75,20 M²
			Depósito de Materiais da Cogic	141,95 M²
			Abriço de Carros - Presidência - Garagem	23,39 M²
			Central de Água Gelada do Cecal - ICTB/Cogic	195,75 M²
			Produtos Naturais de Farmanguinhos - Pesquisa	737,19 M²
			Central de Utilidades de Farmanguinhos	407,98 M²
			Central de Ar Comprimido de Farmanguinhos	226,78 M²
			Central de Água Gelada de Farmanguinhos	244,10 M²
			Planta Piloto de Farmanguinhos - Pesquisa	620,57 M²
			Estr. Modular Prov. Adm. Farmanguinhos	410,00 M²
			Estr. Modular Prov. Sala COF/Adm/Far/Cogic	776,00 M²
			Estr. Modular Prov. - Resíduos Sólidos DGA/Cogic	118,00 M²
			Pavilhão Marília Welzel - Farmanguinhos	1.298,13 M²
			Caldeiras a Gás - ICTB - Cogic	29,76 M²
	Coordenação Central de Administração COGEAD	006	Pav.FigueiredoVasconcellos("Quinino")	1.014,40 M²
		049	Pav.PauloRobertoSarmiento/Setor de Almoxarifado Central III	600,00 M²
		082	Depósito de Inflamáveis	378,00 M²
	Coordenação Central de Gestão de Pessoas COGEPE		Estrutura Modular Prov. Refeitório	29,00 M²
		006	Pav.FigueiredoVasconcellos ("Quinino")	407,00 M²
		003	Pav. Carlos Augusto da Silva ("CST")	864,96 M²
		107	Creche Berta Lutz ("CRECHE")	860,70 M²
	cola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ENSP	545	Estrutura Modular Provisória - EM-14 / Cozinha & Refeitório	225,00 M²
		075	Assessoria Internacional & Depósito de Abrasco	242,18 M²
		054	Pavilhão Emani Braga	9.724,54 M²
		050	Almoxarifado da Manutenção Civil	279,56 M²
		051	Lab. Esquitosomose	112,00 M²
		119	Pav. Joaquim Alberto Cardoso de Mello (Torres Home)	1.872,80 M²
		059	Projeto Elsa - Est. Longitudinal da Saúde do Adulto	267,14 M²
		110	DCB/DSSA - Laboratórios Ensp (Ant. Politécnico)	207,27 M²

Es F			24b	Pav.Primeiro de maio (CESTEN)	3.043,57 M²
				Laboratório do Sono	84,80 M²
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV		6.674,01 M²	443	Contêineres-Retsus-Rede Escolas Técnicas do SUS	43,92 M²
			442	Contêineres-Proformar-Prog.Form.Agen.Locais Vig. Saúde	73,02 M²
			444	Contêineres - Infraestrutura (Dep.e Arquivo)	29,24 M²
			438	Contêineres - Reprografia	14,62 M²
			439	Contêineres - Grémio	14,62 M²
			440	Contêineres - Informática (Depósito e Oficina)	29,28 M²
			247	Depósito, Almoxxarifado, Oficina e Sub. Elét. (ET28)-Cad.230	315,36 M²
				Áreas para eventos na Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio – EPSJV (Tendas)	949,00 M²
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde ICICT		6.289,94 M²	230	Sede Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	5.204,95 M²
			025	Multimeios	564,94 M²
			114	Pav. Haity Moussatché-Biblioteca Manguinhos	5.515,00 M²
INQCS			007	Pavilhão Mourisco (Castelo)	210,00 M²
			035	Inst. Nacional de Controle de Qualidade em Saúde	12.741,00 M²
Instituto Oswaldo Cruz IOC		38.806,19 M²	049	Almox. Central - III	1.814,83 M²
			061	NAPVE - Núcleo de Apoio a Pesquisa de Vetores	77,91 M²
			002	Pavilhão Arthur Neiva (Pav. De Cursos)	2.221,12 M²
			010	Pavilhão Gomes de Faria	1.247,96 M²
			004	Pavilhão Carlos Chagas	3.278,10 M²
			036	Pavilhão da Biologia (Hanseníase)	2.407,21 M²
			011	Pavilhão Cardoso Fontes	3.525,82 M²
			014	Pavilhão Adolpho Lutz	322,00 M²
			117	Pavilhão Osório de Almeida	1.139,64 M²
			038	Pavilhão Lauro Travassos	2.444,55 M²
			058	Ambulatório Souza Araújo (Hanseníase)	476,71 M²
			124	Administração do IOC	1.954,06 M²
			108	Ambulatório de Hepatite Virais	1.800,24 M²
			228	Central de Criogenia	25,60 M²
			026	Pavilhão Leônidas Deane	7.536,74 M²
			229	Bioteca	200,13 M²
				EM-3 Estrutura Modular - Riquetisias (547)	174,97 M²
			257	Pav. Hélio e Peggy Pereira (Ant. Labiquim)	6.800,00 M²
			104	Infectório de Patologia IOC - Anexo do nº10	38,00 M²
			105	Biotério de Helminologia - Anexo do nº11	44,60 M²
			661	EM-8 / Salas de Aula do Cad. nº2: Pav. Arthur Neiva	526,00 M²
			007	Pav. Mourisco (Castelo) - Direção do IOC	750,00 M²
Presidência		32.079,15 M²	044	Residência Oficial	835,72 M²
			043	Pavilhão Lobato Paraense (Vila Residencial - Casa Amarela)	797,86 M²
			005	Antigo Almoxxarifado Central (Audin,Procc,Cris)	817,48 M²
			546	EM-9 / Administração do Canal Saúde	150,00 M²
			094	Ouvidoria	135,88 M²
			426	Farmacocinética	273,20 M²
			006	Pav. Figueiredo de Vasconcellos (Quinino)	410,00 M²
			007	Pav. Mourisco (Castelo)	3.575,85 M²
			062	Canal Saúde	425,16 M²
				Editora Fiocruz - Informação e Comunicação	281,50 M²
				Pavilhão Jorge Careli - Ginásio Poliesportivo	884,72 M²
				Agência dos Correios (Serv. Complementar)	62,03 M²
				Agência Bancária - Banco do Brasil (Serv. Complementar)	226,43 M²
				Restaurante e Casa de Chá	217,50 M²
			CDTS	CDTS - Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	20.846,82 M²
				Área Administrativa	256,00 M²
				Área Laboratório/Ambulatorial/Hospitalar - Inclui áreas de apoio a lab. E circulação laboratorial	1.369,00 M²
				Almoxxarifados / Galpões - Inclui áreas de Depósitos	161,00 M²
				Oficinas - Inclui áreas técnicas	308,00 M²
				Sanitário Masculino/Sanitário Feminino/Sanitário PNE	45,00 M²
Instituto Nacional de Infectologia INI		22.466,09 M²	026	Anexo(Pav.HerbertSouza"Hospital Dia")\SEDIR-Serviço de Endoscopia Digestiva e Respiratória; \Farmácia; Ar	1.100,00 M²
			028	Pav.GasparVianna(HospitalEvandro Chagas)	3.180,23 M²
			028	Pav.GasparVianna(HospitalEvandroChagas)-3ºandar\Setor de Enfermagem & Setor de Refeitório	1.095,03 M²
			028	Préd.028 Pav. GasparVianna(HospitalEvandroChagas)-2ºandar\CTI-Centro de Tratamento Intensivo\Enfermaria e	1.095,03 M²
			030	Pav.EuclidesGândara(Pav.Administração, ex-Pav. das Cobras)\Setor Administrativo	192,45 M²
			031	Pav. AdelinioRiosGonçalves(Ambulatório)\CECLIN-Centro Clínico	1.075,74 M²
			032	Pav.Labclin-Chagas(ex-Pav.Zoonoses, ex-Pav.do Biotério)\Labclin-Chagas - Lab.de Pesquisa Clínica em Doenç	120,26 M²
			032	Anexo: Contêiner do CRIE-Centro de Referência Imubiológicos Especiais\Ambiente de Estudo da Vacina	290,26 M²
			322	EM-15 / Administração-II/INI	264,00 M²
			033	Pav.JoséRodriguesSilva(Pav.Direção)	260,96 M²
			034	Pav.MariaDeane\SetorSecreçãoExcreção & SetorHematologia & SetorBioquímica; ColetaSangue & Eletrocar	1.137,88 M²
			234	EM-2\ Cantina & Espaço Convívio (Novo Setor de Psicologia)	102,48 M²
			244	Pósgraduação\PECC(Pav.Ensino)	633,35 M²
			255	Pav.Associação dos Amigos do IPEC\Laboratório de Coleta de Ensaios Clínicos	144,38 M²
			253	(Préd.031-Anexo)\Pav.EnsaiosClínicos-térreo/1ºandar\Farmácia & Consultório de HIV & Consultório de Tuberc	411,09 M²
			253	(Préd.031-Anexo)\Pav.EnsaiosClínicos-2ºandar\Consultório de Ginecologia & Consultório de Proctologia	640,43 M²
			253	(Préd.031-Anexo)\Pav.EnsaiosClínicos-3º e 4ºandar\Setor Administrativo	676,81 M²
			327	Virologia/INI (EM-10 ESTRUTURA MODULAR)	29,28 M²
			436	IPREX-II Iniciativa Profilática Pré-Exposição/INI	14,64 M²
				Estrutura modular nº 621	724,00 M²
				Estrutura modular s/nº (IPREX)	151,69 M²
				EM-17/Lab. Bioensaios/INI	107,93 M²
			240	Abriço de Resíduos; Áreas Internas de Circulação e/ou Piso Técnico e/ou Entorno da Edificação(Área dos pos	2.128,00 M²
				Tec Necrotério	61,23 M²
				Bloco Assistencial 1	2.442,11 M²
				Bloco Assistencial 2	2.687,87 M²
				Bloco Apoio Técnico	1.075,48 M²
				Bloco Resíduos	102,48 M²
				Bloco de Recepção	195,00 M²
				Bloco Administrativo Gestão	326,00 M²
Campus IFF	Instituto Fernandes Figueira IFF	15.091,45 M²	160	Pavilhão Mario Olinto	2.026,13 M²
			161	Pav.AnatomiaPatológica \Laboratório de Anatomia Patológica	303,89 M²
			162	Pav.GenéticaMédica\Laboratório de Genética Médica	322,12 M²
			163	AntigaLavanderia(Pav.Carpintaria/Pav.Manutenção)\Oficinas	332,10 M²
			164	Vestibários(PrédioRH)- térreo/1ºandar e 2ºandar Unidade de Pesquisa Clínica\Farmácia	104,52 M²
			211	Pavilhão da Manutenção	484,71 M²
			213	Pavilhão do Almoxxarifado e Farmácia	1.403,80 M²
			222	Depósito de Inflamáveis do IFF	32,00 M²
				Laboratório NB2	40,05 M²
			131	Prédio do Hospital - IFF	9.898,67 M²
			165	Préd.164: 2ºandar Unidade de Pesquisa Clínica\Farmácia	73,33 M²
			212	Arquivo Inativo	17,86 M²
ta Atlântica	strutura da Mata rca MA	80 M²		Casa de Bombas	52,27 M²
			264	Pav. Olimpio da Fonseca	3.134,90 M²
				Complexo Zanini (Horto Escola)	485,10 M²
				Núcleo de Zoonoses (Casinha)	96,90 M²
				Contêineres (Alojamento)	230,00 M²
				Área de Convívio - Horto	66,90 M²

Campus Ma	Serviço de Infraestrutura - SIN	4.924,1		Laboratório - Horto	66,20 M²
				Produção de Sementes - Horto	164,90 M²
				Tanques Criação de Sementes - Horto	282,00 M²
				Museu - Horto	291,00 M²
				Oficinas	68,40 M²
				Guaritas (Total 09)	35,50 M²
Campus Hélio Fraga	Centro de Referência Prof. Hélio Fraga	5.936,13 M²	262	Centro de Referência Prof. Hélio Fraga	3.148,60 M²
				Alojamento Centro de Referência Prof. Hélio Fraga	930,00 M²
				Portaria 1	57,00 M²
				Antiga Creche	250,00 M²
				Depósito de Resíduos	169,00 M²
				Oficinas	229,00 M²
				Serviços Gerais	159,00 M²
				Laboratório de TB NB3 Centro de Referência Prof. Hélio Fraga	993,53 M²
INERU	Instituto Nacional de Endemias Rurais	646,00 M²	135	Prédio Principal	646,00 M²
IBEX	Instituto de Biologia do Exército	301,99 M²		Instituto de Biologia do Exército (Laboratórios da Fiocruz)	301,99 M²
Palácio Itaboraí	Palácio Itaboraí	1.729,50 M²		Administração	1.549,50 M²
				Apoio Administração	60,00 M²
				Museu	120,00 M²
Del Castilho	Arquivo Inativo do SAM	1.400,00 M²	454	Arquivo Inativo do SAM - Escritório Del Castilho	1.400,00 M²
Antigo TRE	Área do Antigo TRE	7.700,00 M²		Área do Campus	7.700,00 M²

As quantidades previstas para os serviços de controle e desratização, controle de moluscos, controle de insetos alados, controle de insetos rasteiros e descupinização estão detalhadas na planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.183.585,15

Preliminarmente cabe destacar que o valor do contrato em vigor é de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais) anuais, sem que tenham sido aplicados reajustes desde a assinatura em 2021, exceto pela solicitação pontual de 4,70% de IPCA em 2024. Tal defasagem acumulada comprometeu a aderência dos preços às condições reais de mercado.

Com o objetivo de assegurar que a estimativa de preços para esta contratação reflita valores compatíveis com a realidade de mercado e de eliminar distorções causadas por propostas excessivamente altas ou baixas, foi adotada a metodologia do desvio padrão como instrumento estatístico para filtragem das amostras. Esse procedimento, alinhado às boas práticas de elaboração de orçamentos no setor público e já aplicado em treinamentos internos da Fiocruz, permite excluir valores extremos, resultando em uma base de cálculo mais segura, precisa e confiável para definição do preço de referência.

O valor estimado para a contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz) foi definido com base em ampla pesquisa de mercado, contemplando cotações obtidas junto a órgãos públicos e empresas especializadas na prestação de serviços de controle de pragas e vetores. As propostas coletadas representam o valor global do serviço, englobando todos os insumos, mão de obra, equipamentos, deslocamentos, tributos e demais custos necessários à execução, conforme planilha de custos (Id. Sei nº 5424293) anexada aos autos do processo.

Após a pesquisa de preços, realizada por meio da coleta de propostas formais, consultas em bases oficiais e aplicação do desvio padrão, o valor estimado para a contratação alcançou R\$ 2.183.585,15 (dois milhões, cento e oitenta e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) anuais. Ressalte-se que, para fins de planejamento e adequada execução contratual, foi incluída a previsão de 5% do valor global destinados a serviços emergenciais, conforme detalhado no ETP e no Termo de Referência.

Cabe esclarecer ainda que, o presente ETP foi atualizado em atendimento à orientação da Unidade de Controle Interno – UCI (ID SEI 5373627). Assim, foi realizada a revisão integral da pesquisa de preços preliminar, com o objetivo de sanar inconsistências anteriormente apontadas, conferir maior precisão à estimativa de custos e reduzir o valor inicialmente projetado pela Administração.

Como resultado da revisão, destacam-se os seguintes pontos:

Desconsideração de propostas incompatíveis

A proposta apresentada pela empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda. foi integralmente desconsiderada, em observância à orientação da UCI, por apresentar valores manifestamente superiores à média de mercado, ainda que tivesse sido aplicada a metodologia estatística do desvio-padrão.

Foram excluídas as propostas provenientes dos pregões da Prefeitura Municipal de São João da Mata/BA e da Prefeitura Municipal de Nerópolis/GO, cujas áreas de cobertura (20.980 m² e 7.333 m², respectivamente) mostraram-se desproporcionais em relação à realidade da Fiocruz, cuja área de abrangência é de aproximadamente 218 mil m².

Consideração de preços efetivamente praticados

Embora alguns valores inicialmente estivessem abaixo do desvio-padrão, foram mantidos na atualização da estimativa, por corresponderem a preços efetivamente praticados pela atual prestadora de serviços. Essa medida garantiu que o valor estimado se mantivesse compatível com o mercado, mitigando riscos de questionamentos pelos órgãos de controle, sem comprometer a segurança metodológica adotada.

Revisão do Custo Indireto Total do Licitante (CITL)

O percentual anteriormente considerado na composição do custo por metro quadrado foi suprimido, visto que muitas empresas informam apenas o valor por metro quadrado, sem detalhar esse componente. Assim, para maior clareza e transparência, a incidência do CITL será limitada exclusivamente aos serviços eventuais, contribuindo também para a redução do valor estimado total.

Após todas as revisões e ajustes cabíveis, o novo valor total estimado pela Administração é de R\$ 2.183.585,15 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos). Trata-se de uma estimativa técnica, fundamentada e em plena conformidade com as normas vigentes e com os parâmetros de mercado.

A pesquisa de preços ora apresentada atende integralmente ao disposto no art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021 e no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, constituindo base segura e idônea para a continuidade do processo licitatório e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Destaca-se ainda que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 51/2025 (ID SEI nº5167224) realizado pela Administração considera a metragem quadrada necessária para atender todos os cenários possíveis dos campi Fiocruz, garantindo que a estimativa contemple a totalidade das áreas que possam demandar serviços. **Entretanto, que o pagamento será efetuado apenas pelo que for efetivamente executado, reforçando a economicidade e a conformidade do contrato com a execução real dos serviços.**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características do objeto — contratação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz) —, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução, conforme previsão do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões técnicas, econômicas e operacionais:

- 1. Unidade operacional do serviço:** a execução do contrato exige padronização de procedimentos, centralização do planejamento das ações de controle, monitoramento unificado e gestão operacional integrada, o que se torna inviável caso haja múltiplos fornecedores.
- 2. Racionalização dos custos:** o fracionamento poderia resultar em aumento dos custos operacionais e na elevação da média administrativa, devido à perda de escala, duplicidade de equipes, deslocamentos e estruturas de suporte, além de maior consumo de insumos.
- 3. Garantia da padronização técnica:** a utilização de diferentes empresas e métodos poderia comprometer a uniformidade técnica, a eficácia das ações de controle e a continuidade das estratégias de manejo integrado, impactando negativamente nos resultados e na segurança sanitária.
- 4. Gestão contratual mais eficiente:** a existência de um único contrato favorece a fiscalização, o controle da execução e o acompanhamento do desempenho, simplificando a comunicação entre contratante e contratada e minimizando riscos contratuais.

5. Atendimento à sustentabilidade: a execução integrada do serviço, com padronização de insumos e métodos, é fundamental para garantir o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade ambiental e de segurança sanitária, alinhados às diretrizes institucionais da Fiocruz e aos normativos de contratações sustentáveis.

Diante do exposto, verifica-se que o objeto apresenta natureza indivisível sob o ponto de vista técnico e econômico, de modo que a divisão em lotes ou parcelas comprometeria a economicidade, a eficiência e a padronização dos serviços prestados. Assim, justifica-se a contratação de forma única e integral, observando-se o interesse público, a economicidade e a efetividade da solução proposta.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise, não foram identificadas contratações interdependentes que impactem ou condicionem a execução do objeto ora demandado.

Todavia, a presente contratação mantém relação de complementariedade com outras contratações em andamento na instituição, especialmente aquelas vinculadas às áreas de:

- Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental – em especial a destinação final ambientalmente adequada das embalagens e resíduos decorrentes da aplicação de produtos saneantes, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as exigências do Sistema MTR/INEA;
- Manutenção predial e serviços de apoio logístico – considerando a necessidade de integração das ações de controle de pragas com rotinas de manutenção e higienização predial;
- Serviços de limpeza e conservação – que atuam de forma complementar na prevenção e eliminação de condições propícias à proliferação de pragas;
- Serviços administrativos de apoio às atividades operacionais internas – com destaque para a gestão de ordens de serviço, agendamento de atividades e emissão de relatórios de conformidade.

Essas contratações, embora complementares sob a ótica da logística, sustentabilidade e eficiência operacional, não possuem caráter de interdependência técnica ou contratual direta, sendo gerenciadas de forma autônoma e não condicionando a execução da presente demanda.

Portanto, não há necessidade de processamento conjunto ou vinculação formal a outros contratos vigentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão para a execução deste serviço, conforme a descrição da necessidade, está alinhada aos planos institucionais da Fiocruz, devidamente contemplada no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC e no Sistema de Planejamento e Gestão de Contratações (SPGC) para o exercício de 2025, conforme registrado no DFD nº 231/2024 e no detalhamento apresentado a seguir:

Dados do projeto:

- Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais
- Projeto: 0032.2000.565.00028 – Proc: 34/2025-84 – Prestação de Serviços de Controle de Vetores e Pragas
- Iniciativa/Programa Temático: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio
- Finalidade: 565 – Gestão Administrativa
- Programa de Trabalho: 10122003220000033
- Fonte de Recurso: 1002000000 – LOA Corrente

- Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
- Subelemento: 339039-82 – Serviços de Controle Ambiental
- Classe: 943
- Cód. PDM: 3417
- DFD: 231/2024
- Contratação: 181/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação trará benefícios concretos para a instituição, tanto sob a ótica da sustentabilidade quanto da eficiência operacional, nos seguintes aspectos:

1. **Sustentabilidade Ambiental:** redução do uso indiscriminado de produtos químicos, priorizando métodos de manejo integrado de pragas e produtos de menor toxicidade, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade da Fiocruz, as políticas ambientais nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere à saúde pública e preservação ambiental, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.
2. **Eficiência Operacional:** otimização das rotinas de controle e monitoramento, com execução planejada e ações preventivas que minimizam ocorrências e emergências, assegurando agilidade na resposta a demandas internas.
3. **Padronização Técnica:** adoção de métodos e insumos padronizados, garantindo uniformidade nos procedimentos, qualidade na execução, segurança sanitária e alinhamento com as normas técnicas e legais vigentes.
4. **Redução de Custos Operacionais:** diminuição de despesas relacionadas a ações corretivas emergenciais e à substituição de insumos, uma vez que a contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, produtos saneantes e equipamentos necessários à execução do serviço.
5. **Previsibilidade Orçamentária:** estabelecimento de valores fixados contratualmente, possibilitando melhor controle e planejamento dos custos, sem surpresas decorrentes de variações de mercado ou aquisição emergencial de insumos.
6. **Atendimento às Diretrizes de Contratações Sustentáveis:** implementação de práticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável, priorizando fornecedores que adotem políticas ambientais e de saúde ocupacional, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
7. **Contribuição à Saúde e Segurança:** melhoria das condições ambientais e sanitárias das áreas internas da Fiocruz, reduzindo riscos à saúde de trabalhadores, visitantes e pacientes, com impacto positivo na qualidade de vida e no cumprimento das normas de biossegurança.
8. **Maior Disponibilidade Operacional:** garantia de cobertura contínua dos serviços, com equipes capacitadas e equipamentos adequados, minimizando interrupções e assegurando a efetividade das ações ao longo da vigência contratual.

13. Providências a serem Adotadas

Em consonância com o disposto no art. 20, §2º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2020, as seguintes providências deverão ser adotadas para a continuidade do processo de contratação:

1. Elaboração e aprovação do Termo de Referência (TR), contendo todos os elementos técnicos e administrativos necessários à contratação, conforme os parâmetros definidos neste Estudo Técnico Preliminar;
2. Abertura do processo licitatório por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), observando-se a modalidade e o tipo de licitação mais adequados, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021;
3. Inclusão da contratação no Plano Anual de Contratações da Fiocruz (PAC), conforme diretrizes de planejamento institucional;
4. Consulta e manifestação da Assessoria Jurídica quanto à minuta do edital e do contrato, conforme previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021;
5. Autorização da autoridade competente para a deflagração do processo licitatório;
6. Divulgação do edital e tramitação das etapas licitatórias, conforme cronograma a ser estabelecido pela unidade demandante;
7. Preparação e designação formal da equipe de fiscalização contratual, com indicação de fiscais técnico e administrativo, conforme exigência do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

As ações descritas visam assegurar a regularidade, a eficiência e a legalidade do processo de contratação, garantindo a continuidade e a efetividade dos serviços de controle integrado de pragas e vetores sinantrópicos urbanos nos campi da Fiocruz/RJ, em conformidade com os princípios da administração pública, da biossegurança e da sustentabilidade ambiental.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A prestação de Serviços Especializados em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz), ainda que fundamentada em princípios de manejo integrado e uso racional de produtos, poderá acarretar impactos ambientais que devem ser avaliados, controlados e mitigados ao longo da execução contratual, em consonância com o disposto no art. 225 da Constituição Federal e na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Possíveis impactos:

1. **Geração de resíduos perigosos**, incluindo embalagens e sobras de produtos químicos, que exigem destinação final ambientalmente adequada, sob risco de contaminação do solo, da água e de prejuízos à fauna e flora locais.
2. **Possível contaminação ambiental** decorrente do uso inadequado ou excessivo de produtos saneantes desinfestantes, caso não sejam observados os procedimentos técnicos recomendados e as normas vigentes.
3. **Impacto sobre insetos não-alvo e outros organismos benéficos**, o que pode gerar desequilíbrios ecológicos e interferências na biodiversidade local.
4. **Geração de resíduos sólidos** provenientes de armadilhas, equipamentos descartados ou danificados, que deverão seguir procedimentos de descarte ambientalmente seguro e, quando aplicável, logística reversa conforme previsto na Lei nº 12.305/2010.
5. **Emissão de gases poluentes e poluição sonora**, caso haja utilização de equipamentos motorizados não elétricos ou de baixa eficiência energética.

6. **Risco de dispersão de contaminantes** em áreas sensíveis, como unidades de pesquisa, produção, atendimento hospitalar e laboratórios, caso não haja barreiras físicas e protocolos operacionais adequados durante as aplicações.

Medidas mitigadoras:

- A contratada deverá adotar procedimentos técnicos seguros, utilizar produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes e implementar barreiras físicas e POP para evitar dispersão de contaminantes.
- Deverá também garantir a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados e a logística reversa de embalagens e produtos, conforme legislação vigente.
- A Coordenação de Serviços Operacionais (CSO) da Fiocruz deverá fiscalizar e monitorar a execução, garantindo a conformidade com as exigências contratuais, ambientais e sanitárias, bem como a observância das práticas de sustentabilidade previstas no TR.

Dessa forma, será fundamental que a contratada assuma, por meio de cláusulas específicas no contrato, a responsabilidade pela correta destinação dos resíduos gerados, pelo uso de produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes e pela adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com as Resoluções CONAMA aplicáveis e demais normativos ambientais vigentes.

A Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), por sua vez, adotará medidas de fiscalização, controle e monitoramento, garantindo que a execução mantenha sua coerência com os princípios de sustentabilidade institucional e de preservação ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária para assegurar a continuidade e a efetividade das ações de controle de pragas e vetores sinantrópicos urbanos nos campi da Fiocruz/RJ, prevenindo riscos sanitários, ambientais e operacionais. Trata-se da solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e ambiental, em consonância com o disposto no art. 20, §1º, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Presidente da Equipe



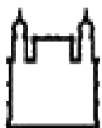
Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 10:22:06.

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 10:39:49.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

Proposta Pró-Forma

Emitida em: 08/10/2025

Documento:	PR00016/2025-COGIC	Processo:	25389.000034/25-84
Data da Licitação:	//	Hora da Licitação:	:
Proponente:		Telefone:	
Endereço:		Fax:	
Bairro:		Cidade:	
UF:		CEP:	
CNPJ/MF		Insc. Estadual:	
Banco:	Agência:	Conta Bancária:	
Inscrição no SIMPLES:	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
Validade da Proposta:			
Prazo de Entrega:			

ITENS**Item 1**

Contratação de Serviço Especializado em Controle de Pragas e Vetores Sinantrópicos nos Campi Fiocruz-RJ -
Unidade: serv. - Quantidade: 1.

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____
Valor Total: R\$ _____ (_____)
_____)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa _____ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou outros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA (a ser preenchido no momento da assinatura do contrato).

CONTRATO N° XXXX

_____ (identificação do), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES, e dos dispositivos do Edital:

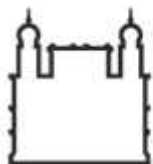
que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme Instrução Normativa SEGES nº 05/2017; que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme Instrução Normativa SEGES nº 5/2017.

_____, ____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal do licitante).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ








Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.

TUTORIAL DE PREENCHIMENTO

COGIC <small>Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi</small>	Aba da Planilha	Busca rápida	Informações relevantes para o preenchimento da planilha
	Custos Indiretos Tributos e Lucro		A aba deve ser preenchida considerando os custos indiretos, tributos e o lucro da prestação do serviço. A alíquota aplicada influenciará o custo unitário da prestação
	Cronograma Preventivo		Deverá ser informado somente o custo do serviço por metro quadrado (M²). Aba parcialmente bloqueada para evitar alterações das fórmulas.
	Serviços Eventuais		Deverá ser informado somente o custo por visitas/acionamentos de serviços eventuais. Aba parcialmente bloqueada para evitar alterações das fórmulas.
	Resumo		Consolidação da Proposta. Aba totalmente bloqueada.
	Resumo		Preencher as informações relevantes para compor a proposta Proforma.

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

Nota explicativa: A assinatura desta “Autorização Complementar” deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., de..... de 20.....

Processo nº 25389.000034/2025-84

* MINUTA DE DOCUMENTO

Unidade Gestora: 254462 - COGIC

COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI - COGIC

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXOBJETO DO CONTRATOCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONTROLE DE PRAGAS E VETORES SINANTRÓPICOS NO ÂMBITO DA FIOCRUZ/RJ – NAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Indicação das partes integrantes do contrato e inclusão do objeto da contratação.

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª Ana Beatriz Alves Cuzzatti, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com poderes conferidos pela Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e pela Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) , conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.000034/2025-84 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XX/XXXXXXX/2025-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados em controle de pragas e vetores sinantrópicos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz), para prestação de serviços de controle dos fatores biológicos de risco através de medidas e ações de gerenciamento diário para controle e monitoramento de vetores e pragas sinantrópicas urbanas, utilizando os conceitos CIP (Controle Integrado de Pragas) e MIP (Manejo Integrado de Pragas): Ratos, Formigas, Cupins, Baratas, Caramujos, Lacraias, Carrapatos, Escorpiões, Pernilongos, Moscas, Pulgas, Abelhas, Morcegos, Marimbondos, Pombos entre outros afins, nas áreas internas, nos ambientes e nas instalações prediais dos Campi da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Inclusão da descrição do objeto constante no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PERIODICIDADE	METRAGEM TOTAL EM M²	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Controle e Desratização	3417	Serviço	12	Mensal				
2	Controle de Moluscos e Afins	3417	Serviço	12	Mensal				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PERIODICIDADE	METRAGEM TOTAL EM M²	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
3 4 5 6 7 8 9 10	Controle de insetos alados e afins	3417	Serviço	04	Trimestral				
	Controle de insetos rasteiros e afins	3417	Serviço	04	Trimestral				
	Controle e Descupinização	3417	Serviço	01	Anual				
	SERVIÇOS POR ACIONAMENTO								
	Controle/Captura de abelhas	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento				
	Controle/Captura de vespas e afins	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento				
	Controle/Captura de escorpionídeos, aracnídeos e afins	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento				
	Controle/captura de morcegos, pombos e afins	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento				
	Controle/captura de animais silvestres	3417	Serviço	12	Mediante Acionamento				
Valor Total:									
Adicional de 5% (cinco por cento) do custo global para eventuais demandas não previstas relacionadas a execução de serviços.									
Valor Total Global:									

Inclusão da descrição e das especificações do objeto, de acordo com o Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

Inclusão para adequação ao quantitativo do objeto, conforme Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Inclusão do prazo de vigência estabelecido no Termo de Referência.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- Preenchimento da lacuna do subitem 8.1.10.1 e 8.1.11 para adequação em função dos procedimentos praticados pelo órgão.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta~~;

Exclusão para adequação à modalidade de contratação.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não

abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11.2. Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Inclusão do subitem 11.2 para dispor sobre os critérios de aceitação de garantia. A exigência de que as instituições financeiras sejam autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) teve como objetivo alinhar-se ao modelo de contratos adotado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Dessa forma, considerou-se mais apropriado manter os parâmetros previamente estabelecidos nas minutas contratuais, uma vez que, na versão mais atualizada do modelo contratual, presumiu-se que tais aspectos estariam tratados de maneira mais detalhada no Termo de Referência.

Assim, a fim de evitar lacunas nos instrumentos que orientam a contratação, optou-se por continuar abordando os critérios de garantia de forma mais pormenorizada no contrato, garantindo, desse modo, a proteção do interesse público e a validade das garantias estipuladas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do

CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exclusão para adequação à modalidade de contratação.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

14.1 A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em xx/xx/2025, conforme certidões inseridas nos autos (SEI nº XXXXXX).

Cláusula incluída para melhor instrução processual e análise da regularidade da Contratada.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: [...];

II. Fonte de Recursos: [...];

III. Programa de Trabalho: [...];

IV. Elemento de Despesa: [...];

V. Plano Interno: [...]; e

VI. Nota de Empenho: [...];

16.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do [Rio de Janeiro](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Indicação do Local do foro competente.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Inclusão do parágrafo em função dos procedimentos praticados pelo órgão.

[Rio de Janeiro](#), datado e assinado eletronicamente.

Indicação do local e do formato de assinatura eletrônica utilizado no termo de contrato.

PELA FIOCRUZ:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz

PELA CONTRATADA:

Nome

Representante Legal

Empresa

TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES, Gestor^(a) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC**, em 07/10/2025, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5499335** e o código CRC **4C508667**.